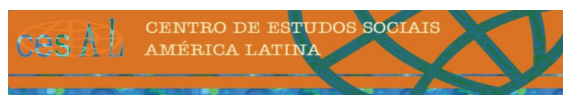


Centro de Estudos Sociais da América Latina – CESAL



**RELATÓRIO DA PRIMEIRA OFICINA DA
UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL**



**LOCAL: BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
01 E 02 DE AGOSTO DE 2009**

SUMÁRIO

1 - Antecedentes da UPMS no Brasil e na América Latina.....	02
1.1 - O público.....	02
1.2 - Realizadores.....	02
2 - Relato da oficina da UPMS em Belo Horizonte - Minas Gerais – Brasil.....	03
2.1 - Tema: a relação entre os movimentos sociais e o Estado	03
2.2 - A escolha do tema	03
2.3 - Quem convidar?	05
2.4 - Os primeiros contatos.....	05
3 - Realização da oficina	06
3.1 - 1º dia da oficina – sábado, 01 de agosto de 2009.....	06
3.2 - 2º dia da oficina – domingo, 02 de agosto de 2009	24
4 - Encaminhamentos da agenda comum.....	34
5 – Propostas aprovadas.....	37
6 – Síntese final: a relação entre os Movimentos Sociais e o Estado: troca de experiências e saberes construídos no processo de tradução.....	39
6.1 - A relação entre os Movimentos Sociais e Estado.....	39
6.2 - Tensões na relação entre os Movimentos Sociais e Estado	40
6.3 - Saberes sobre a relação entre Movimentos Sociais e Estado	41
6.4 - Anúncio de outras relações entre Movimentos Sociais e Estado	42
Anexo 1 – Lista dos participantes.....	45
Anexo 2 – Fotos	47



**UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (UPMS)
RELATÓRIO DA PRIMEIRA OFICINA NO BRASIL
LOCAL: BELO HORIZONTE- MNAS GERAIS
DATA: 01 E 02 DE AGOSTO DE 2009**

1 - ANTECEDENTES DA UPMS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

No desenvolvimento do Fórum Social Mundial (FSM) algumas organizações dos movimentos sociais, ong's, sindicatos e intelectuais concluíram que *não será possível alcançar a justiça social global sem uma justiça cognitiva global*. Nesse contexto, começou a ser gerada a idéia de constituição da UPMS a qual foi amadurecendo com as seguidas edições do Fórum. Durante o encontro de 2003 do Fórum Social Mundial é lançada a *Universidade Popular dos Movimentos Sociais* por uma democracia cognitiva global.¹

A *Universidade Popular dos Movimentos Sociais – Rede Global de Saberes* é um espaço de formação inter-cultural que promove um processo de inter-conhecimento e auto-educação com o duplo objetivo de aumentar o conhecimento recíproco entre os movimentos e organizações e tornar possíveis coligações entre eles e ações coletivas conjuntas. Constitui um espaço aberto para o aprofundamento da reflexão, do debate democrático de idéias, da formulação de propostas, da troca livre de experiências e da articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos sociais locais, nacionais e globais que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.

1.1 - O PÚBLICO

O público alvo da UPMS é composto por ativistas e dirigentes dos movimentos sociais, membros de organizações não governamentais, sindicalistas bem como cientistas sociais, investigadores e artistas empenhados na transformação social progressista.

A UPMS funciona através de uma rede de interações orientada para promover o conhecimento e a valorização crítica da enorme diversidade dos saberes e práticas protagonizados pelos diferentes movimentos e organizações. Sua essência está no seu caráter inter-temático, forjado através da promoção de reflexões e articulações entre diferentes movimentos como os feministas, operários, indígenas, estudantis, negros, LGBT, ecológicos e etc.

1.2 - REALIZADORES

São realizadores da UPMS todos os envolvidos nas oficinas (workshops) e na constituição de uma rede global de saberes. Para pensar estrategicamente a UPMS e os passos a serem seguidos foi criada, no Fórum Social Mundial, uma *Secretaria Técnica* da qual participam: CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Observatório Eurolatinoamericano de Democracia e Desenvolvimento Social

¹ [http:// www.universidadepopular.org](http://www.universidadepopular.org)

(EURALAT); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; (IBASE); Conselho Internacional para Educação de Adultos (ICAE) e Instituto Paulo Freire (IPF).

2 - RELATO DA OFICINA DA UPMS EM BELO HORIZONTE MINAS GERAIS- BRASIL

2.1 - TEMA: A RELAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO²

A primeira oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais no Brasil foi realizada na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais, nos dias 01 e 02 de agosto de 2009 (sábado e domingo), na Escola Sindical 7 de Outubro, com a presença total de 39 pessoas.³

A oficina integrou as atividades de lançamento do Centro de Estudos Sociais da América Latina (CESAL)⁴ do qual será uma das suas linhas de ação. Para a sua realização foi importante o apoio e suporte do Projeto Democracia Participativa - Prodep (DCP/FAFICH) e do Programa Ações Afirmativas na UFMG (FAE/UFMG).⁵

2.2 - A ESCOLHA DO TEMA

A escolha do tema *A relação entre os Movimentos Sociais e o Estado* para a realização da primeira oficina da UPMS no Brasil deve-se a dois motivos: a) as mudanças no contexto político brasileiro, sobretudo no Governo Federal em vigor, caracterizado por uma postura política mais comprometida com a construção de políticas sociais e com as lutas dos movimentos sociais, sindicatos, grupos culturais e demais setores populares; b) as tensas relações entre os movimentos sociais e os partidos de caráter mais progressista sobretudo quando estes se tornam vitoriosos e passam a assumir a máquina do Estado, tornando-se um dos responsáveis pela formulação de políticas públicas.

Esse contexto pode ser encontrado em vários estados e municípios brasileiros e trouxe à cena pública uma mudança: uma relação política permeada por novos e diferentes acordos e tensões entre os Movimentos Sociais e o Estado e a presença de ativistas em órgãos e setores da hierarquia da gestão pública. Todavia, a condução dessa gestão tem sido caracterizada por uma série de questionamentos e discordâncias

² Relatório realizado a partir das sínteses produzidas pelos participantes da oficina da UPMS: Ana Maria Prestes (Doutoranda Ciência Política – UFMG - CESAL), Érica Dumont (Marcha Mundial das Mulheres), Júlia Benzaquen (Doutoranda em Sociologia – Un. Coimbra), Lilian Paraguai (Sind-UTE), Miguel Arroyo (Prof. FAE/UFMG - CESAL), Nilma Lino Gomes (Profa. FAE/UFMG - CESAL), Tatiane Izabela dos Reis (Pedagoga – FAE/UFMG).

³ Localizada no Centro Industrial de Belo Horizonte, na bairro Barreiro de Cima, a Escola Sindical 7 de Outubro integra a rede nacional de formação da CUT, composta por outras seis escolas, localizadas nas diversas regiões do Brasil; pelas secretarias nacional e estaduais de formação; por sindicatos, federações e confederações e por numerosos educadores.

⁴ Diretor geral: Prof. Dr. Leonardo Avritzer (Departamento de Ciência Política/ UFMG)

⁵ Antes da primeira oficina no Brasil foram realizadas três outros encontros: a) Oficina de Tradução Cultural em Medellín – Colômbia (29 e 30 de 2007); b) Oficina na Costa Rica (2007); c) Oficina de Tradução entre Movimentos Sociais em Córdoba – Argentina (12 e 15 de setembro de 2007).

advindos dos próprios movimentos sociais quanto aos rumos dados às políticas sociais. Algumas delas são consideradas pouco incisivas diante do quadro de desigualdades sociais, raciais, geracionais, de gênero e diversidade sexual, campo/cidade existente no país.

A relação entre os Movimentos Sociais e o Estado nos últimos anos, no Brasil, tem sido marcada por uma constante insatisfação de alguns ativistas/militantes e intelectuais que atuaram em diferentes escalões da administração do governo federal - assim como de governos estaduais e municipais de caráter mais progressista - e deles se retiraram (ou não!). Dentre as várias críticas que esse processo suscita, uma delas tem sido formulada em direção à prioridade dada pela gestão do Estado (mesmo aquela com o perfil mais democrático) aos acordos de caráter político-partidários e com setores mais conservadores tanto políticos quanto do empresariado local, estadual e nacional em detrimento das demandas de caráter social e popular vindas dos movimentos sociais, sindicatos, grupos culturais e setores populares. Dentre estas se destacam as questões da terra, território, patrimônio, meio ambiente, igualdade racial, gênero e diversidade sexual.

Essa realidade se mostrou muito presente na cidade de Belo Horizonte-Minas Gerais. Durante o processo eleitoral para a mudança do governo municipal, no ano de 2009, o diálogo com os movimentos sociais, sindicatos, intelectuais e outros setores considerados com posturas mais progressistas foi particularmente tenso e marcado por divergências, discordâncias e divisões. Os critérios e acordos adotados pelo governo municipal em transição para a realização da sua sucessão foram muito questionados pela militância política, alguns sindicatos e por várias organizações dos movimentos sociais. Apesar da vitória, os resultados do pleito eleitoral causaram insatisfação em muitos.

Todavia, sabe-se que essa situação não pode ser considerada como um caso particular e nem se restringe à cidade de Belo Horizonte. Ele se alastra em diferentes lugares do Brasil.

Essa situação demanda daqueles que lutam pela emancipação social uma reflexão profunda sobre a nossa capacidade de diálogo, articulação e interlocução no contexto das lutas sociais e a construção de outras práticas políticas emancipatórias que superem os vícios arraigados no fazer político e na condução da gestão pública. Demanda, também, uma reflexão séria sobre os limites, avanços, distanciamentos e aproximações da relação entre os movimentos sociais e o Estado.

Não se trata de uma leitura ingênua do que significa a entrada de partidos e grupos mais progressistas na esfera do Estado. Os movimentos sociais compreendem como é difícil conduzir uma gestão pública de caráter progressista, justa e comprometida com as lutas sociais em um país marcado por uma tradição e uma estrutura colonial, racista, patriarcal e classista como é o caso do Brasil e outros países da América Latina. Sabe-se que tais ranços se fazem presentes na estrutura da nossa sociedade e do Estado. A sua superação faz parte de uma luta histórica e incessante!

No entanto, os movimentos sociais, apesar de reconhecerem os avanços já realizados na esfera do Estado quando a ele tem acesso grupos políticos comprometidos com as lutas sociais questionam cada vez mais se as ações e acordos adotados por estes setores à frente da gestão pública federal, estadual e municipal têm sido coerentes com o histórico de luta pela democracia e pela garantia dos direitos sociais em nosso país.

Há, portanto, uma tensão que precisa ser problematizada, debatida, discutida a fim de que novos caminhos sejam apontados. Para tal, os atores políticos à frente da luta pela emancipação social precisam dialogar e se articular. Mas como articular sem antes estabelecer um diálogo? Sem a compreensão do que cada movimento social, sindicato, grupos de intelectuais e setores populares comprometidos com a construção de um outro

mundo possível pensam, dizem, entendem, sentem e vivem a respeito de uma situação que atinge a todos com graus e níveis diferenciados? Além do Fórum Social Mundial, em que outro momento os sindicatos, as ong's, os movimentos sociais e os(as) intelectuais poderão se encontrar para se conhecer, discutir e dialogar sobre questões comuns e específicas que permeiam suas lutas? Como poderão discutir e dialogar sobre o caráter local e regional das suas ações? Como poderão saber as trajetórias históricas e políticas dos vários movimentos sociais em prol da emancipação social? Como poderão discutir as interpretações e o alcance das pesquisas produzidas por intelectuais comprometidos com as lutas sociais e que investigam os próprios movimentos sociais? E como a partir do diálogo entre diferentes atores sociais e políticos os movimentos sociais poderão construir uma agenda comum que fortaleça as suas diferentes lutas articulando-se em torno daquilo que os une e não do que os separa?

Esse complexo contexto motivou a realização da primeira oficina da UPMS no Brasil e em Belo Horizonte. Tal proposta, ao ser apresentada para os ativistas convidados foi prontamente aceita e considerada um tema importante sobre o qual encontramos pouco espaço para discutir.

2.3 - QUEM CONVIDAR?

Mas a quem convidar? Quem deveria compor o grupo da 1ª Oficina? Quem seriam as organizações dos Movimentos Sociais convidadas e quem seriam os intelectuais engajados a participar? Cada oficina da UPMS já realizada contou com um grupo de integrantes ligado diretamente ao tema que se desejava discutir.

No caso de Belo Horizonte, retomou-se um encontro realizado em 2007 na Faculdade de Educação da UFMG entre o Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos e um grupo de intelectuais engajados e partícipes das lutas de diferentes movimentos sociais em nível local, regional e nacional. Naquele momento, sinalizou-se que esse grupo possuía o perfil para compor uma oficina da UPMS juntamente com os movimentos sociais e sindicatos com os quais trabalhavam.

Em 2009, quando da realização da 1ª Oficina, esse grupo foi retomado e a ele somado mais alguns nomes. Mapeou-se, também, com quais organizações dos movimentos sociais os mesmos trabalhavam e mantinham vínculo e ao fazer tal mapeamento, percebeu-se um quadro diversificado de entidades. Dessa forma, os critérios para a escolha dos integrantes da 1ª Oficina foram: intelectuais que participaram do encontro com o prof. Boaventura em 2007 e convidados, os movimentos sociais com os quais os mesmos mantêm contato e outros que tornam pública uma crítica sobre a relação entre o Estado e suas organizações. Os movimentos sociais e sindicatos convidados foram representados por lideranças e integrantes indicados segundo critério das próprias entidades.

A oficina contou também com a participação de representantes da comunidade indígena Xacriabá, representantes quilombolas urbanos e rurais e uma professora convidada da Universidade Federal de Pernambuco, integrante do CESAL e coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais nesta universidade. A sua inserção teve como intenção construir uma articulação regional na realização do primeiro evento, na expectativa de que o Recife possa vir a ser um dos lugares a realizar mais uma oficina da UPMS no Brasil.

2.4 - OS PRIMEIROS CONTATOS

Os(as) intelectuais selecionados e convidados forneceram à coordenação da UPMS os contatos das organizações dos movimentos sociais com as quais trabalhavam.

Somado a isso, a coordenação também procurou informações sobre outras organizações que seriam convidadas. Foram feitos contatos prévios por e-mail e por telefone com cada uma das organizações solicitando a indicação de um nome como representante da mesma para participar da oficina. A recepção foi de grande satisfação e expectativa. Algumas outras organizações que ficaram sabendo do evento e contactaram a coordenação manifestando desejo de participar também foram incluídas.

Os integrantes receberam previamente e por e-mail o texto do Prof. Boaventura sobre a Universidade Popular dos Movimentos Sociais, a indicação do site da UPMS, assim como a programação do evento, data, local de realização e orientações quanto a chegada ao local.

Com os representantes das comunidades quilombolas rurais e dos indígenas os contatos tiveram que ser realizados via telefone e fax devido às condições dos locais onde residem. A coordenação da oficina também teve que conseguir recursos próprios para viabilizar a viagem destes participantes.

3 - REALIZAÇÃO DA OFICINA

3.1 - 1º DIA DA OFICINA SÁBADO, 01 DE AGOSTO DE 2009

PRIMEIRO MOMENTO: Reconhecimento e geração de confiança

Recepção com café da manhã. A oficina começou com um momento de boas vindas e descontração. As pessoas chegavam à Escola Sindical, deixavam os seus pertences nos quartos e se dirigiam para o refeitório. Já nas mesas do café as lideranças, e integrantes de diferentes movimentos sociais, sindicalistas e intelectuais começaram a se conhecer.

Logo após o café da manhã, o primeiro momento da oficina foi uma rodada de apresentação de todos os presentes. Antes da rodada Nilma⁶ explicou qual seria a dinâmica: cada um falaria quem era, de qual organização do Movimento Social ou sindicato fazia parte, a universidade em que atuava e quais as expectativas com a oficina. Antes, porém, destacou o motivo central que articulava aquele grupo ali reunido: refletir uns com os outros sobre o que mais nos aproxima (o que nos une) e o que mais nos distancia nas nossas lutas sociais. Aprender com os saberes do grupo e das lutas sociais ali representadas.

NILMA apresentou-se com professora da Faculdade de Educação da UFMG, coordenadora do Programa Ações Afirmativas na UFMG e membro da diretoria do Centro de Estudos da América Latina - CESAL. Explicou aos presentes que a UPMS é uma das linhas de ação do CESAL e que os trabalhos desta oficina estariam sob a sua coordenação juntamente com a equipe e a participação coletiva de todos os presentes.

ANA PRESTES apresentou-se como doutoranda em Ciência Política da FAFICH, integrante do CESAL e colaboradora do Sinpro e outros movimentos sociais. Pontuou que a realização da oficina era algo novo. Afirmou a abertura das coordenadoras da oficina às críticas e sugestões.

⁶ Como anexo, segue a lista dos participantes, com a respectiva instituição da qual fazem parte.

TATIANE apresentou-se revelando que ela era a pessoa que estava por detrás dos telefonemas e e-mails, como bolsista/secretária da profa Nilma e que estava muito feliz de conhecer todos pessoalmente⁷.

Após essa apresentação inicial decidiu-se, em conjunto com o grupo, que alguns participantes ajudariam na relatoria registrando as falas e o andamento da oficina. Esse registro irá compor, posteriormente, o relatório da UPMS o qual deverá ser lido por todos os integrantes e depois socializado no site da UPMS e nos sites dos diferentes movimentos e núcleos de pesquisa ali presentes.

Dentre os relatores foram escolhidos representantes dos movimentos sociais e da universidade, de acordo com o objetivo de troca e diálogo entre sujeitos e saberes próprio da UPMS. Algumas pessoas se candidataram e outras foram indicadas pela coordenação. Os relatores foram: Érica Dumont (Marcha Mundial das Mulheres), Júlia Benzaquen (Doutoranda em Sociologia – Un. Coimbra), Lilian Paraguai (Sind-UTE), Miguel Arroyo (Prof. FAE/UFMG). Decidiu-se também que a coordenação da Oficina (Nilma, Ana Prestes e Tatiane) ficariam responsáveis pela sistematização final do relatório e envio para todos.

Rodada de apresentação dos participantes:

FRANCISCO: Sou quilombola, da Federação N'golo. Estamos aqui para trocar idéias, fazer contatos, intercâmbio, troca de experiências.

LEONARDO TOLENTINO: Sou estudante de psicologia na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), do núcleo de direitos humanos GLBT. Também sou militante do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS). Estou na militância e na academia ao mesmo tempo. Faço parte da Articulação Nacional de Grupos Universitários. Penso que a UPMS é um espaço privilegiado de formação e tenho a expectativa de trocar experiências com outros atores sociais que discutem a transformação do país, pretendo inserir a questão LGBT na pauta da transformação social.

MARCÃO (MARCOS DONIZETTI): Faço parte do coletivo Hip Hop Chama. Tenho como expectativa, conhecer outras bandeiras de luta existentes na cidade. Normalmente fica-se preso nas pautas próprias, existe pouca oportunidade de diversidade e dessa maneira perdemos a força.

RUSSO (FLÁVIO): Sou rap, educador social e militante do movimento. Busco experiências, trocas e também trazer o que vamos construindo dentro dos movimentos juvenis. Espero uma troca e vejo que existe uma diversidade e uma experiência grande nas pessoas presentes, então, quero sair fortalecido e acreditando em uma utopia.

ANA PEREIRA: Sou da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) e representante das trabalhadoras rurais. Sou também vice-presidente do Conselho Estadual da Mulher e faço parte da criação da rede fito cerrado.

⁷ Nilma, Ana Maria Prestes e Tatiane Izabela foram responsáveis pelo planejamento e organização da 1ª Oficina da UPMS, no Brasil.

MARLISE: Sou professora do Departamento de Ciência Política (DCP) da UFMG, faço parte do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher), trabalho com a teoria feminista e com o movimento de mulheres. Tenho uma grande expectativa de troca.

LÍLIAN: Sou doutoranda do DCP (Departamento de Ciência Política) da UFMG e estudo os quilombolas. Tenho a expectativa de juntar forças, trocar experiências.

JÚLIA: Sou de Recife e agora estou estudando em Coimbra - Portugal. Estudo a UPMS. Tenho a expectativa de trocar e de conhecer interlocutores. Espero que esse seja o primeiro de vários encontros. Tenho também experiência no movimento estudantil e com um grupo de formação local que tem uma proposta parecida à da UPMS:

ÉRICA: Sou da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Estudo quilombos e sou da Marcha Mundial das Mulheres. Tenho a expectativa de trocas e pretendo discutir o recorte de gênero e classe.

ALLENE: Sou professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Caruaru. Sou coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais. Vim para Belo Horizonte para entender melhor, para aprender sobre a UPMS.

MARIA ISABEL: Sou professora da Faculdade de Educação da UFMG. Trabalho com educadores do campo. Tenho um projeto com vários movimentos sociais. Estou com uma expectativa grande com relação à discussão e a troca de experiências. Penso que é importante projetar algo mais a frente na produção do conhecimento. São diferentes sujeitos, assim muitos desafios. O diálogo com outros coletivos nos ajuda a cortar caminhos.

MARCOS NUNES: Sou do Vale do Jequitinhonha e faço parte da FETAEMG. Sou aluno da licenciatura em educação do campo. Estou com um sentimento de curiosidade em relação à UPMS e ao que se vai discutir, ao que se vai trocar.

JOÃO: Moro em Belo Horizonte e milito há 15 anos no movimento de educação do campo através da pedagogia da alternância. As Escolas Família Agrícola estão articulando uma rede nacional do censo familiar da formação por alternância, em 21 estados do Brasil. Já é um grande desafio trabalhar em rede entre eles e imagina o quão desafiador é trabalhar em rede entre movimentos tão diversos. Já ouvi falar da UPMS. Em Feira de Santana, na Bahia, estão discutindo com europeus uma proposta de universidade popular. Vejo nesse tema um grande desafio. Tenho um grande prazer em ter sido convidado.

LUIS EDUARDO: Sou de Belo Horizonte e militante do MSU (Movimento dos Sem Universidade) desde 2003. Sou educador e militante do MSU desde 2001. Em 2002 fomos ao Fórum Social Mundial e participamos num seminário sobre Universidade Popular. Muito nos interessa esse tema e a expectativa é de construir uma concepção em torno de uma universidade popular no Brasil, conhecemos experiências na América Latina. Espero que saíamos fortalecidos em torno da UPMS.

MIRIAM: Sou historiadora, quilombola, e do Núcleo de Estudos Quilombolas (NUQ) da UFMG. Sou presidente da federação quilombola do estado. Estou aqui tentando renovar minhas esperanças, acabo de chegar da Conferência da Igualdade Racial, onde

eu vi nas etapas cada um preocupado com seus interesses, o poder público contra todos, espero um empenho para fazer algo juntos. Quero ver a junção de esforços, pois separado não caminha.

ANA GOMES: Sou da Faculdade de Educação da UFMG e hoje faço parte da coordenação do curso de Formação Intercultural Indígena. Tenho a expectativa de conhecer melhor a realidade dos outros Movimentos Sociais e fazer trocas com os movimentos indígenas. Percebo que já existe uma grande diversidade dos movimentos indígenas, até mesmo nos cursos de formação intercultural indígenas e uma diversidade que aos poucos vem fazendo parte da Universidade convencional. Acho que um espaço para o diálogo entre os diferentes exige muito e pode ser bastante frutífero.

FRANCISCO: Sou Xacriabá. Sou professor indígena e Secretário de Educação do município de São João das Missões. Sou também aluno da UFMG. Quero dialogar com os diversos movimentos. A UFMG é uma grande parceira do movimento indígena. Quero dialogar e trocar experiências e conhecer melhor a experiência da UPMS. Queria dizer que a primeira Conferência da Educação Escolar Indígena vai acontecer.

DOMINGOS: Sou Xacriabá, de São João das Missões. Sessenta e cinco por cento da população indígena de Minas Gerais é Xacriabá. Quero trocar experiências com outros movimentos sociais. Hoje temos mais proximidade com movimentos da educação quilombola, com outros movimentos sociais esta aproximação não é grande. Estamos buscando um rumo que possa atender nossas necessidades, nossos movimentos (indígena) têm sido bastante excluídos, por exemplo, quando se pensa em cotas para universidade. Quero ver como criar nosso próprio espaço e as demandas dos movimentos.

ZEZINHO⁸: Sou vizinho da Escola Sindical e me deparei com várias pessoas conhecidas. Faço parte da luta do movimento urbano, não especificamente da moradia, luto pela reforma urbana, pela democratização do espaço urbano, por políticas públicas. O que pensávamos ser uma cidade democrática hoje, é excludente. Então é preciso pensar mobilidade urbana, metrô na nossa região, hoje fala-se em metrô para o centro administrativo do Aécio⁹, estamos assistindo a expulsão dos pobres da zona norte com a instalação do centro administrativo, expulsão dos pobres. Como só soube agora desse encontro só vou ficar pouco tempo.

ANTÔNIA: Sou diretora da Faculdade de Educação da UFMG. Apesar das divergências, as trocas entre movimentos sociais são produtivas. O que move a história são os movimentos sociais, dessa forma, não basta trocas de experiências é preciso potencializar o encontro através de ações concretas. A conquista de direitos não se faz sem luta, assim pretendo que a UPMS possa apontar para outros direitos e outras conquistas.

SHIRLEY: Fui do SIND-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais). Fui também formadora da Escola Sindical. Nesses espaços me aproximei da necessidade de discussão de um processo de legitimação de saberes, assim, busquei na minha tese de doutorado discutir isso: a articulação entre diversos

⁸ Não constava na lista de convidados, mas como estava participando de outra reunião na Escola Sindical, integrou-se ao grupo somente na parte da manhã.

⁹ Atual governador do Estado de Minas Gerais - Brasil.

movimentos que possa incorporar esses outros saberes. Penso que a UPMS é outra universidade que torna possível legitimar outros saberes.

LILIANE: Sou vice-presidente da associação LGBT. Tenho a expectativa de construir uma rede para interagir, e saber que somos diversos. Não podemos fazer trabalho vertical e sim horizontal, precisamos interagir para mudar o quadro dos movimentos sociais.

VALTER: Sou quilombola. Sou presidente da comunidade Mangueiras. A expectativa é grande com relação a outros movimentos. As comunidades quilombolas estão esquecidas, muitos outros movimentos têm mais valor. Você vai a uma comunidade quilombola e dá tristeza. É preciso que as comunidades quilombolas sejam respeitadas, somos um povo que trabalhou na construção desse país e não temos direitos, os indígenas também não têm uma lei específica. Nossas obrigações são muito maiores que os direitos. É preciso entender o que está por trás de tudo.

CARLOS: Sou militante do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual. Nós temos várias organizações em Minas. Sou também secretário sudeste da Associação Brasileira LGBT. Já fui do movimento estudantil também. Nós sempre priorizamos uma articulação com os outros movimentos sociais. A expectativa para mim é ver uma outra forma de ter este diálogo. A falta de articulação se deve muito à agenda cheia das pessoas, cada um está muito envolvido nas suas próprias lutas. Reconheço o papel da companheira Marlise que é do movimento, mas o que acontece, muitas vezes, é que a universidade vai no movimento suga, faz sua tese e não dá um retorno. A universidade muitas vezes critica mais do que ajuda o movimento social. Assim, defendo um diálogo com a universidade e não a universidade dizendo o que é para fazer.

DIMAS: Sou do SINPRO (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais). Sou aluno do doutorado do DCP da UFMG. Trabalho com democracia participativa. É importante o diálogo com os diversos movimentos. O sindicato tem um histórico de interlocução multicultural – com grupos do hip hop, mulheres. Temos um programa na TV Bandeirantes, e nesse programa fazemos a múltipla interlocução com diversos setores. A expectativa é positiva e penso que é possível construir um movimento mais amplo e múltiplo.

MARIA AMÉLIA GIOVANETTI (AMELINHA): Sou professora aposentada da FAE/UFMG. Trabalho com assessoria a projetos na área social, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e movimentos sociais. Estava pensando ao ouvir as falas e foi brotando um sentimento de agradecimento e a certeza de que é um privilégio estar aqui hoje. Essa sala está repleta de uma riqueza difícil de acontecer. Cada um com suas agendas lotadas e final de semana ainda tem a necessidade do descanso, de estar com a família, mas o fato de cada um ter vindo aqui significa que foram feitas escolhas e se fizemos esta escolha significa que ela tem um significado. Estou com um sentimento que mescla a satisfação e a necessidade de agradecer o trabalho que já tem um resultado – que foi ter criado um chão comum que reforça a esperança.

MIGUEL ARROYO: Sou Professor da FAE/UFMG e tenho acompanhado os movimentos sociais do campo. Isso significa que desde os anos 70 tentamos incorporar os movimentos sociais na Faculdade de Educação. A entrada dos militantes deu outra vida para a FAE, pois trouxeram outras lutas, outros saberes e práticas. A idéia era

construir uma pós-graduação com estas outras práticas, no entanto, a Universidade tem entraves muito sérios ao diálogo. Tem uma estrutura, uma lógica, uma autoconcepção de ser o espaço único do conhecimento. Será que são necessários outros espaços? Sim, sem esvaziar a universidade. Uma universidade popular que não seja apenas matéria prima para um saber legítimo. Tenho muita esperança de que esse possa ser um espaço diferente.

MARCOS CARDOSO: Sou do Movimento Negro Brasileiro. Penso que o movimento negro tem diálogo com todas estas temáticas que surgiram quando cada um foi se apresentando. É claro que estamos mais próximo e mais distante de alguns temas. Me vejo como militante, antes de tudo. Temos uma agenda no Brasil e o desafio de produzir uma agenda que nos fortaleça nas relações internacionais, em especial, com o movimento africano, em especial os movimentos sociais africanos e o que aconteceu com eles e o que o Brasil tem a ver com isso. A discussão de um projeto político tem um desdobramento em um debate que se chama reparações. Estamos produzindo uma crítica, estamos pensando os quilombolas, os negros... O que vemos é o silêncio da universidade sobre esta agenda, sobretudo os intelectuais. É preciso discutir espaços de poder, produção de conhecimento, rede de saberes. Nós temos uma discussão da juventude, sobre o extermínio declarado da juventude negra que hoje está se agravando. Enquanto movimento negro quero fortalecer um debate para ver como dialogamos com outras pautas, por exemplo reforma urbana e outras. Até a palavra diversidade começa a ser esvaziada, cidadania também foi esvaziada, vai perdendo o sentido da matriz de sua força política, cultural. A reflexão, no meu entender, deve ter um pouco a ver com essa tentativa e esforço de buscar outras formas de articulação. Pode ser que a UPMS responda a estas questões. Porém não entendi porque este nome UPMS? Por que a UPMS é universidade e por que é popular? A expectativa é de curiosidade com esse início de discussão, de processo.

CRISTIANE: Sou do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Estou aqui por acreditar que a UPMS pode ser um instrumento da e para a classe trabalhadora. Também quero trazer nossa experiência de formação. A experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes e da Universidade Popular na Região de Fronteira, que são meios de emancipação humana. Penso na educação como forma de emancipação.

JOSÉ: Venho do Acre, sou militante dos movimentos sociais e professor da UFAC (Universidade Federal do Acre). Estou fazendo o meu doutorado na FAE UFMG, orientado pela Professora Inês Teixeira. Trabalho a respeito da educação de seringueiros dos seringais da Amazônia ocidental, que tem um projeto alternativo de educação com o propósito de ser emancipatório. Hoje esse projeto é do Estado (desde 2007). Espero que a UPMS tenha a intenção da transformação social. Os encaminhamentos que são dados por quem está no poder não contribui na transformação, os movimentos sociais devem pensar o científico.

LILIAN PARAGUAI: Sou diretora do Sind-UTE. Coordeno o programa de formação. Apesar de estar no movimento social a mais tempo, estou a nove anos no movimento da educação e lá tenho aprendido mais. O Sind-UTE é uma escola e sinto que os movimentos sociais têm resistência ao conhecimento científico construído na universidade e vice-versa. A não ser a Universidade que usa o conhecimento dos movimentos sociais como matéria-prima para análise. Historicamente defendemos a questão da universidade pública que tenha um compromisso com a sociedade. Há algum

tempo tentamos fazer esta aproximação com a UFMG e já tivemos alguns frutos de parcerias, como com a Rádio UFMG. O Professor Miguel Arroyo sempre colabora nas nossas atividades. Venho com curiosidade, para ver como podemos dessa junção produzir frutos. A UPMS é um espaço privilegiado e diferente e que vamos tentar construir cada um com sua parcela. Para mim como pessoa, é importante, para o Sind-UTE e para a sociedade também é super importante. Estou na expectativa do que podemos produzir com este encontro. Como coordenadora do departamento de formação posso dizer que o Sind-UTE tem uma postura de vontade de aproximação com os movimentos e com universidade. Em um curso que aconteceu no Sind-UTE houve a discussão sobre certificação. Recebemos propostas de faculdades que querem certificar, só que pensamos: só o que é certificado é que é válido? Definimos pela não certificação, não precisamos passar por uma universidade para termos legitimidade no nosso conhecimento.

WANDERSON: Sou do Sind Rede. Temos muitas expectativas para tentar compreender o projeto e ver como podemos construir junto aos trabalhadores de Belo Horizonte. Os movimentos sociais pecam por não se organizar, é importante que os movimentos se organizem na diversidade de pensamento para quebrar barreiras que temos dentro dos setores. Temos muitos temas e trabalhamos pouco estes temas. Não sei como é o processo do meio acadêmico com o movimento social. Tenho muitas dúvidas e expectativas.

EVANDRO: Sou ator, pedagogo e represento a Negraria (Coletivo de Artistas Negros e Negras de Belo Horizonte) criado ano passado, mas pensado desde 2005. Tenho a expectativa de possibilitar uma inserção maior do negro dentro da atividade artística e cultural de Belo Horizonte. De que forma o negro está inserido nas artes plásticas, audiovisual, teatro, dança? Tenho a expectativa de trocas e quero pensar como a Negraria pode contribuir com a UPMS e como a UPMS pode contribuir com a Negraria.

LARISSA: Sou do Negras Ativas que é uma organização de mulheres negras, que busca o empoderamento das mulheres negras, através cultura hip hop, por exemplo. Participamos de redes, coletivos e fóruns, do Fórum Nacional de Juventude Negra, do combate ao extermínio da juventude negra, da articulação América Latina, Caribe e América do Norte. Estou feliz em participar deste momento. Só estive com tantos movimentos diversos assim no Fórum Social Mundial. É preciso potencializar nossa construção de justiça e democracia no mundo. Outra coisa é que não necessariamente a militância e o científico são espaços antagônicos e que é fundamental fazer a ligação entre esses dois tipos de saberes.

Depois da rodada de apresentação, Nilma fez uma retomada de algumas das falas e esclareceu alguns pontos. Disse que como muitos dos presentes também estava curiosa em relação a realização da oficina. Destacou que o simples fato de estarem todos ali já apontava a construção de uma articulação. Ressaltou a possibilidade de articulação local, regional e nacional que a UPMS proporciona, para além da força transnacional e internacional do FSM.

Nilma contou um pouco dos antecedentes da sessão UPMS em Belo Horizonte. Explicou também que a oficina foi formatada a convite e isso não é tão tranquilo, pois trata-se de uma escolha e, nesse caso, sempre fica alguém de fora. O encontro da UPMS tem que ser com poucas pessoas para ter o caráter de oficina e possibilitar o

convívio e a troca. A partir da realização de uma oficina outras irão surgindo e a proposta irá se ampliando. Explicou também os critérios para os convites, conforme já foi exposto no início deste relatório.

Nilma também falou sobre a importância de todos pernoitarem para terem momentos de lazer e convivência. Um dos objetivos da Oficina da UPMS é o estar juntos, compartilhar juntos e para isso o maior tempo de convivência é importante. Por isso, o ideal é que ela se realize em locais que exigem o deslocamento das pessoas para que estas não fiquem tentadas a voltar para casa e assim permaneçam umas com as outras.

Dito isso, indagou: será que temos o mesmo entendimento sobre emancipação social, um dos temas que move a ação dos movimentos sociais? O objetivo da UPMS não é dar respostas, mas apontar caminhos, colocar os diferentes em contato. Dessa maneira, a UPMS é uma troca de conhecimentos e isso se dá por meio da realização das oficinas. A UPMS é popular porque tem como ponto em comum as lutas sociais. A discussão sobre a UPMS não está construída, está em construção.

INTERVALO PARA LANCHE

SEGUNDO MOMENTO: Apresentação dos propósitos da UPMS e do tema escolhido para essa oficina “A relação entre os movimentos sociais e o Estado”, por Ana Prestes, Nilma Gomes e Miguel Arroyo.

O segundo momento começou com a apresentação do histórico da UPMS, esclarecimentos sobre a proposta e apresentação do tema escolhido para a 1ª Oficina.

Ana Prestes apresentou um histórico da UPMS. Ela disse que o nome “universidade” é bem polêmico e que gosta mais do subtítulo: “rede global de saberes”. A ideia da UPMS é contrária a universalização, a ideia é a de desorganizar ao trazer outros conhecimentos e as fontes desses outros conhecimentos. Não existe local físico prévio da UPMS, a universidade é feita dos encontros que vão sendo realizados.

Explicou que a discussão sobre UPMS começa no Fórum Social Mundial. O FSM aparece como o coroamento da organização dos movimentos sociais da década de 90. Na década de 90 acaba a bipolarização e reforça a heterogeneidade dos movimentos. Busca-se assim a formação de alguns consensos através da criação de redes internacionais e nacionais.

Alguns intelectuais com participação ativa no FSM começam a se preocupar em não desperdiçar a experiência do Fórum. Existia pouco entendimento não só da prioridade de lutas, mas também da denominação das lutas (questões gramaticais). A proposta da UPMS é de ser uma rede de geração de conhecimentos plurais, através da tradução intercultural. A UPMS surge da convicção de que a justiça social global só acontecerá com a justiça cognitiva global.

Nilma apresentou os pontos centrais da proposta da UPMS que estão no texto do prof. Boaventura enviado previamente aos integrantes. Explicou que não se tratava de uma aula para os integrantes da oficina, mas sim a tentativa de esclarecimento dos pontos centrais. Apresentou a tradução intercultural, zonas de entendimento, inteligibilidade recíproca. Explicou que era importante ter um tema para cada oficina, para ao redor deste serem feitos os diálogos e gerar a possibilidade de tradução de

saberes e práticas entre os presentes. A tradução deve ser feita sem destruir a autonomia de cada movimento. É preciso observar o que nos divide e o que nos une para se ter entendimento recíproco.

NILMA: Estamos tentando pensar como criar uma relação entre os movimentos sociais que, segundo o Prof. Boaventura de Sousa Santos, tenha várias entradas e várias saídas. O ponto de partida é o reconhecimento da ignorância, o ponto de chegada é a produção partilhada da ecologia de saberes e práticas, contra a monocultura de saberes. Assim, um primeiro passo é o reconhecimento das nossas ignorâncias e incompletudes. O que separa os movimentos nem sempre é uma questão de conteúdo, mas pode ser também de linguagem, ou seja, chamar coisas diferentes pelo mesmo nome ou coisas iguais com nomes diferentes. A UPMS pretende ser uma produção partilhada através de um projeto pedagógico emancipatório. O trabalho de tradução intercultural precisa valorizar as questões que foram ativamente invisibilizadas nos contextos de poder. A UPMS não é uma simples troca de idéias, mas sim um primeiro passo para articulações e concentrações de esforços, para construir uma agenda que venha dos movimentos sociais. É preciso que os movimentos não sejam somente reativos às políticas públicas. É preciso construir diálogos inter-movimentos e intra-movimentos. Esse é caráter da oficina da UPMS.

Miguel Arroyo começou a sua exposição sobre o tema escolhido para a 1ª Oficina da UPMS no Brasil perguntando qual seria um tema comum que perpassaria e interessaria a todos os participantes. Ressaltou que, talvez, uma vivência comum daquele grupo fosse a participação na agenda política. Falou da necessidade de construção de agendas afirmativas por parte do movimento social e não só de uma postura de reação às imposições de Estado.

MIGUEL: Existem tensões políticas que são comuns a todos, o embate entre movimentos sociais e Estado perpassa a preocupação de todos os participantes. Qual a reação do Estado e das instituições às tensões dos movimentos sociais? O Estado normalmente reage na defensiva. O Estado não reconhece os movimentos sociais como sujeitos políticos e muitas vezes condena os movimentos sociais, dessa maneira o movimento social se radicaliza e o Estado diz que os movimentos sociais estão muito radicais e não esperam a agenda do Estado. Forma-se, então, um círculo vicioso.

O objetivo desta oficina da UPMS é tentar perceber como cada movimento vive essa questão. Como o Estado vive isso? Que saberes novos vamos acumulando com embate com o Estado? E também com a articulação com o Estado? Os movimentos sociais estão sempre criando novos saberes e novos critérios de validação de saberes. Os critérios são formas de poder. O Estado vem tendo mais a postura de regular a emancipação, como nos diz Boaventura. Os movimentos sociais estarão produzindo uma nova ciência política?

Diante de tudo isso, propomos que dedicássemos estes dias a esta realidade, a esta vivência, como cada movimento vive isso, qual sua relação com o Estado, como agir, quais estratégias, que saberes os movimentos vão acumulando no campo do embate com o Estado, no campo da política, que saberes políticos estariam sendo produzidos pelos movimentos? Pensar se os movimentos sociais estariam criando um novo saber político, sendo sujeitos não só políticos, mas de uma ciência política alternativa, na qual os movimentos sociais não apenas dizem como pressionar o Estado, mas que não percam de vista o que criam. Os movimentos sociais precisam ver-se como sujeitos de produção de saberes, de novos critérios de validação de saberes. Em que medida os movimentos

sociais caminham na produção de novos saberes políticos, mas se contrapõem às agendas de validade destes saberes e destas lutas políticas? É um tema complexo, difícil, mas que perpassa todos os movimentos sociais.

DIÁLOGO

Após esse momento, os ativistas passaram a intervir e apresentar como eles e o movimento do qual fazem parte vêem a relação entre Estado e Movimentos Sociais. Antes, porém, foi negociado com todos a garantia da fala dos colegas por meio do uso responsável do tempo. A participação foi realizada por meio de inscrição das falas coordenada por Nilma e Ana Prestes.

LUIS EDUARDO (Movimento dos Sem Universidade): Gostaria de falar sobre as práticas de Educação Popular dos Cursinhos Populares nas periferias, voltadas para luta por uma Educação para todos, emancipatória. No histórico da Educação Popular, a partir do momento de institucionalização (como exemplo a Escola Plural de Belo Horizonte) existe um conteúdo de debate que se esvazia e esta é uma relação limítrofe entre Estado e movimento. Lembro do filme “Granito de Areia”, que fala das escolas rurais no México e do problema das cooptações de pessoas dos movimentos para o Estado. O movimento zapatista foi feliz em algumas linhas políticas na sua relação com o Estado. Muitas das lutas dos movimentos já estão institucionalizadas no Estado. Com relação a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), quero saber o que a UPMS vai traduzir como transformação social? Eu questiono o quanto essa universidade vai produzir com relação às práticas transformadoras. A educação tecnológica é atraente pela possibilidade do trabalho, no entanto, existe um projeto ao qual a educação obedece de superexploração da mineração, por exemplo. A plataforma de educação para todos, tem parceria com bancos e empresas na criação das IFETS, o que se vende e propaga a ideia que é o jovem que vai ao trabalho, mas não é bem assim. Como fica a questão do trabalho na UPMS? Quero discutir mais a relação entre UPMS, saber, trabalho e transformação social.

CARLOS (Centro de Luta pelo Livre Orientação Sexual): Dentre os vários movimentos, o LGBT é o que mais atua com o Estado. Não é um movimento monolítico, pela origem do próprio movimento, por ser subversivo, contestador. Existe um histórico da relação desse movimento com o Estado. Na década de 80, no contexto da AIDS, o Estado se aproxima do movimento pela urgência da epidemia para estabelecer parcerias e financiamentos. Se o Brasil tem um programa reconhecido de combate a AIDS é por conta do movimento. Nos anos 90 as políticas de saúde se transferem para o âmbito dos direitos humanos permanecendo portanto a relação próxima com o Estado. O governo Lula intensifica o diálogo, através de programas (programa Brasil sem homofobia, primeira conferência LGBT) e não de políticas públicas. O movimento tem diferentes opiniões a respeito de como deve ser a relação com o governo. Pode-se pensar que financiar as ONGs é um projeto neoliberal, que joga para a sociedade o que é dever do Estado. Apesar da existência de tensões o movimento acredita em pautar para o governo as mudanças. Existe uma necessidade de estabelecer relações com outros movimentos sociais. Os movimentos precisam reivindicar seus direitos, fazer com que suas reivindicações sejam preocupações do Estado, fazer parceria com o Estado e depois cobrar e controlar o Estado na aplicação da política pública. Temos que fazer todo o trabalho de reivindicar, implementar e fazer o controle social

ALMOÇO

Chegou hora do almoço e ainda havia muitos inscritos. Foi acordado que o restante das falas seria logo após o almoço.

CONTINUIDADE DO DIÁLOGO NA PARTE DA TARDE

MARCOS NUNES (Fetaemg) : A escola serve para o interesse do capitalismo e não do social. A escola hoje faz um conteúdo e cursos de acordo com o que querem as grandes empresas e não com o que o trabalhador precisa. Vários programas bons no governo Lula, que quando vira política pública perde a cara do movimento social que propôs o programa. A diferença do governo Lula com relação a outros governos é que passa a existir programas com relação a educação do campo, por exemplo, que vão além da demanda, mas que ao serem transformados em políticas públicas perdem o caráter construído pelos movimentos sociais. Isso é um dilema, porque quando é um programa de governo corre o risco de acabar quando mudar o governo e se é política pública perde caráter de movimento social. A educação do campo parece anacrônica no Brasil hoje, o militantes do campo estão assoberbados em participação em conselhos e fóruns para dar conta da reivindicação, implementação e controle social das políticas. Quando o governo Lula começou pensamos que a questão da reforma agrária estaria resolvida, como vamos dar educação para essa gente que não tem terra?

MARCOS CARDOSO (CONEN - Movimento Negro): A relação entre movimento social e Estado sempre tem conflito, ao menos que se destrua o Estado. Quem está no governo é militante demais para ser governo e governo demais para ser militante. Existe a diferença entre Organizações Não-Governamentais (ONGS) as quais tomam aspectos dos movimentos sociais e executam o trabalho que o governo se ausenta e os Movimentos Sociais. Eu não confio em movimentos sociais que são ONGs, a *onguização* é um problema sério hoje nos movimentos sociais. Sei que existem diferenças importantes entre as ONGs e nem todas trabalham sob essa lógica. Mas, é bom não confundir movimento social com ONG. O movimento negro dos anos 90 criou uma série de ONGs, inclusive ONGs contra os movimentos. A gente luta pela lei, para implementar a lei e para não ter retrocesso, por isso não paramos nunca, as vezes uma coisa pequena como as cotas incomoda muito. Movimento social também é diferente de movimento popular. O primeiro é de negro, mulher, gay – tem uma história por trás, não pautam apenas especificidades momentâneas. O movimento popular é por moradia, terra, etc. As pessoas precisam fazer o resgate histórico para saber quando surgiram as relações inter-movimentos, devemos buscar nossas ignorâncias, incompletudes e tentar produzir conhecimentos para nos qualificar melhor para compreender os problemas. É preciso uma universidade nossa para produzir saber e conhecimento, não só preencher lacunas da universidade convencional. Por outro lado é preciso que a universidade convencional nos dê instrumentos. É grande a diversidade dentro do Movimento Negro e existem delicadas relações sobre outras pautas: como LGBT, no contexto de muçulmanos negros. Como tratar com respeito os diferentes é uma questão muito séria. Políticas públicas são fundamentais para população, mas não posso encará-las como tática, elas tem limites. Por isso propomos formular um projeto político. Temos que tomar o Estado para gente, temos que ter projetos. Existe a necessidade de construir projetos da sociedade que queremos. Temos uma agenda grande internacional e essa

agenda deve dialogar com a militância de base local, como fazer essa ponte? Entre a greve na África do Sul e as pessoas no local?

LARISSA (Negras Ativas): É preciso pensar em outras formas, além do pensar e do fazer. Valorizo a percepção de movimentos das idéias, espaços, de uma dinâmica mais viva. Acredito na necessidade de pautar o afeto na dimensão da luta, bem como a dimensão do corpo, que quer estar vivo e presente neste coletivo (comendo agrotóxico, sendo violado, o corpo evidencia a luta). Uma vez que ao falarmos de trajetória, identidade dos movimentos estamos dialogando com aspectos internos dos coletivos, sentimentos percebidos nas mais diferentes intensidades. Será que é uma questão só de palavra ou de entendimento, o que dificulta a construção do consenso? Não é só o nomear, a minha dimensão e a minha relação com cada objeto é diferente do outro. Para alguns movimentos a discussão tem intensidades diferente. No movimento negro está aqui, no corpo, quem luta pela escola, a questão está lá, não acompanha o tempo inteiro. É importante diferenciar governos, que passam, do Estado. Porque investir na relação com Estado, porque não privilegiar as relações entre nós? Que poder se está buscando? Que poder buscamos nas relações estabelecidas? É importante repensar que poder queremos. É importante se reconhecer e ser reconhecido. Fomos invisibilizados de diferentes formas. Existem pontos de contato, existe um diálogo entre os aqui presentes. A questão do trabalho tem que ser discutida, pois possibilita e impossibilita as lutas. No cotidiano somos demandados a todo tempo e ainda temos a questão do trabalho e da sobrevivência. Fui no Fórum Social Mundial e achei que o mundo ia mudar, mas ao chegar em casa não havia nem passado na televisão. A mídia é um problema, a TV não fala do FSM, ou seja, há uma ausência de mídia ou mau aproveitamento da mesma. “Ser militante” aparece como algo pejorativo na mídia e na academia. Como fazer com que o conhecimento dos Movimentos Sociais seja reconhecido? Nossa linguagem não está na mídia, não fazemos bom uso das nossas mídias. Como saber qual luta é prioritária? Como construir uma dimensão que permita a diversidade? É preciso respeitar cada bandeira.

LILIANE (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais): Gostaria de ressaltar a relevância da questão cigana, além do quilombo e do indígena. Questiono sobre o modo como as especificidades vão funcionar em uma luta complexa. A questão transexual tem que ser debatida no movimento negro, indígena, etc. Todos movimentos sociais precisam discutir orientação sexual. O machismo é forte dentro do movimento negro. A lei racial não contempla as LGBTs negras, por exemplo. Da mesma forma, não há espaço na educação (a Educação para todos é falsa), quando as LGBTs conseguem estudar, o currículo não é válido, há ausência do governo que só pauta homens e mulheres. Minha bandeira está estampada no meu corpo, sou um homem de peito. Vemos a homofobia no MST, na universidade, dentro do movimento feminista, os direitos humanos não chegam ao movimento LGBT. As lutas dos transexuais aparece só como uma questão sexual, a prostituição, mas vai muito além, a exigência do acesso a educação, por exemplo, a dificuldade em participar em Conselhos. Não estamos na prostituição porque queremos e sim porque para muitas é a única saída. Não acredito no governo, a política do governo é para se eleger. Também é preciso lutar por trabalho formal dos transexuais. O movimento feminista taxa e diz “você é homem, você não tem útero”. *Trans* tem que estar pautado em todos movimentos, além das especificidades de cada movimento.

LILIAN PARAGUAI (Sind-UTE): Temos que pensar que não é uma relação só, são várias relações com o Estado, que não tem uma cara só. Existem várias relações, que alternam de acordo com o governo, com os movimentos. Dou o exemplo da Conferência Nacional de Educação de Minas Gerais. O MEC (Ministério da Educação) puxou a conferência de educação, o governo de Minas que teria que ser o ente responsável por fazer a discussão acontecer não quis fazer e em alguns municípios tentou impedir a participação dos trabalhadores em educação. A UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais) então assumiu a conferência, e aí começaram as relações mais diversas, porque variam entre os municípios e entre as regiões, o estado não tem uma cara só. Onde os movimentos sociais estão organizados, acontece participação maior, quando é o contrário acontece o monopólio do governo. Temos que cobrar do Estado, mas ele nunca vai cumprir o papel dos movimentos. Quando a relação é muito boa pode confundir os papéis. Independência dos movimentos, exigir que o Estado cumpra o seu papel. Sou vereadora (sou Estado e sou do movimento). Enquanto vereadora não posso discutir o tema da oficina da UPMS na Câmara porque não seria ouvida. O que os movimentos querem da relação com o Estado? Os movimentos e o Estado são feitos de pessoas, não podemos personalizar, mas ver os sujeitos.

MARLISE (Departamento de Ciência Política – NEPEM): Gente, é preciso entender que existem diferentes Estados e diferentes movimentos sociais. Suspeito dos binarismos, nosso modo cognitivo de operar de forma binária que não permite as complexidades. E aí pergunto para vocês: Precisamos colocar Estado de um lado e movimento do outro? Necessidade de reconhecer que somos paradoxais e que a nossa preguiça cognitiva nos acostuma a pensar dessa forma. Lili (movimento LGBT) representa o que não é binário, a experiência da complexidade. Existem também, militantes na academia. Primeiro momento revolucionário de ruptura entre os movimentos e o Estado e agora integração que nem sempre é cooptação. Tem o exemplo da Secretária Especial de Políticas Públicas para a Mulher (SPPM) que realmente representa as mulheres, talvez não todas as mulheres. As pessoas precisam de rótulos para conhecer. Quais as formas de operar no registro da complexidade? Sem operar como algo que está contra mim, como uma ameaça? Uma tendência é fazer do outro o algoz. Qualquer binarismo por princípio é reducionismo.

WANDERSON (Sind-REDE): Penso que o ponto de partida da UPMS parece ser a necessidade de formação, na qual um segmento precisa entender o outro. Após o período da ditadura, com redemocratização os Movimentos Sociais perdem um pouco do que é ser Movimentos Sociais. Se conseguirmos definir o que é o movimento social poderemos entender o que queremos do Estado. Entender essa história pode nos ajudar a entender as relações com o Estado. O governo não atende todas às políticas e os movimentos sociais perdem sua essência ao instituir políticas de governo. Ações coletivas, dentro do próprio movimento produzem ações diferenciadas. O Fórum Social Mundial que a princípio tinha como tema “todos na luta pelo socialismo” e que hoje tenta um rearranjo do governo, num contexto de governo imperialista. Temos uma dificuldade em questionar publicamente o governo Lula. Qual essência do movimento social? Está a serviço de quem? A essência do movimento é questionar e cobrar, quando se institucionaliza é problemático. Existe autonomia, isenção e função do movimento frente ao governo?

LEONARDO TOLENTINO (Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual - GUDDS): A Universidade convencional trabalha com o Estado, repete as lógicas de hierarquia e invisibilização, de não reconhecer os Movimentos Sociais. Questiono portanto, como, num espaço a convite da UPMS, está a ausência de estudantes participando, mesmo os da pesquisa que funcionam como carregadores de piano. Onde fica os estudantes, como cientistas da UPMS? Onde ficam os bolsistas de iniciação científica? O fato da possibilidade de diálogo e negociações dentro do Estado leva à diminuição da radicalidade das pautas dos movimentos no Estado. Com relação ao LGBT as relações com o Estado variam de acordo com o governo, quando este é mais aberto, aumenta a diversidade do movimento, uma vez que existem mais verbas para financiamento e “todo mundo quer dividir o bolo”. A disputa é acirrada quando se trata da distribuição dos recursos. Negociação é um processo necessário, mas perde. Ganha união estável, mas não adoção. Existe uma disputa entre os movimentos sociais quando sai algum recurso para garantir a maior parte para si. Um adendo a fala de Carlos é que se o movimento LGBT tem dinheiro é por causa dos movimentos sociais. Para pensar as articulações é preciso respeito, solidariedade e empatia entre movimentos. E gostaria de ressaltar também que pautas devem ser para além de questões religiosas, o Estado é laico. Os movimentos sociais são os principais atores do espaço público e fazem ressoar os ruídos que ainda não tem registro.

ALLENE (Observatório dos Movimentos Sociais/UFPE): Vejo na UPMS uma possibilidade de re-significar a ideia de Universidade. O nomear pertence a contextos específicos. As traduções correm o risco de não significar o que as outras culturas dizem, de generalizar e cair no consenso, como exemplos as traduções de livros. O trabalho de tradução corre risco da generalidade, tem que avançar pois em muitos momentos não tem possibilidade de síntese. Alguns riscos apontados como o de reduzir o conhecimento que estávamos produzindo quando colocamos nos moldes acadêmicos, de termos hierarquias, de julgarmos o que é avançado e o que é atrasado. O conhecimento ocidental não é conhecimento do mundo. Existem saberes políticos que não conseguimos conhecer porque não estão nos moldes que são os credibilizados. Não pode descartar a universidade convencional. A tradução ou um relato único dessa oficina pode reduzir o conhecimento. Riqueza das falas nessa oficina, aqui todos estão se transformando o que dentro do formato da universidade não seria possível. As falas aqui nos tocam de uma forma que não conseguiríamos realizar dentro da universidade formal. Com a síntese perde a riqueza. Afirmo a complementaridade das lutas e a importância dos contextos, cada luta cria as suas estratégias. O saber político está nos movimentos sociais, mas não está teorizado. Os critérios de produção do conhecimento que são acadêmicos não dão conta dos saberes dos movimentos sociais. Há uma desmobilização, invisibilização dos movimentos sociais, reforçada pela mídia com objetivo de fazer com que as pessoas não entendam que são os movimentos sociais que tencionam o Estado para que mudanças ocorram. A riqueza dos movimentos sociais é invisibilizada. A luta dos militantes na academia, não é menor que a luta dos movimentos sociais. A militância acadêmica também é um espaço extremamente difícil onde existe toda uma descredibilização dos cientistas. Finalizo dizendo que se os movimentos não se articulam é porque não conhecem as lutas que os reforçam.

MIRIAM (Federação N’golo – Movimento Quilombola): Na oficina da UPMS está encontrando um contraponto da negatividade da Conferência que participei, faz pouco tempo. O desânimo acontece por conta das peculiaridades de alguns militantes que estão no movimento para agir em benefício próprio. É preciso ressaltar a necessidade de

conhecer a história. Identifico o Estado como sendo cada um de nós e a necessidade de colocar os negros na frente parlamentar. A Lilian Paraguai (Sind-UTE) caiu no meu conceito por ser vereadora, mas depois foi bom porque ela diz que não é ouvida, então se tiver meia dúzia de gente da gente lá, faz a diferença. No ano passado, na comunidade quilombola da qual faço parte e que está prestes a ter a titulação, os estudantes estiveram lá e esse ano não estão mais. A relação de confiança com a universidade convencional foi quebrada dessa maneira. Por isso é preciso ter cuidado.

JOÃO (Centros Familiares de Formação por Alternância): Tenho uma preocupação de como vou repassar a riqueza da oficina para os outros participantes do meu movimento. Quero fazer uma reflexão sobre a relação distanciada dos movimentos e Estado. Aspectos que já foram aqui abordados como medo de relacionar, medo de ser cooptados e a importância da área do direito. Após quarenta anos de luta dos agricultores, falta políticas públicas principalmente na Educação. A Educação passa a ser desenvolvida localmente e o Estado não reconhece leis diferenciadas para esta realidade. O movimento tinha medo de se relacionar com o Estado e depois precisava se relacionar. Pedagogia da Alternância que favorece a complexidade, que não dividi teoria e prática. Há uma luta dos agricultores. A luta por educação amplia as lutas. O movimento precisa ter autonomia e liberdade de criticar. Quando faz relações com o poder público fragiliza as críticas ao Estado. Como aprofundar a fronteira, essa relação onde a gente não perca o poder de criticar? Menciono, rapidamente, a interessante discussão sobre a necessidade ou não do CNPJ para os movimentos. Organização social que tem práticas de movimento social e vice e versa. É preciso pensar em um projeto popular comum para o Brasil. Outros espaços de articulação: 12 movimentos sociais do campo que estão refletindo sobre educação do campo. Movimento de agroecologia AMA, que agrega 89 movimentos do campo.

CRISTIANE (MST): Não existe um avanço nas pautas e na relação Estado e movimento. A reforma agrária clássica (da Inglaterra e da URSS) não se aplica no Brasil. A Reforma Agrária não se aplica no sistema capitalista. A distribuição de terras feita até agora foi com muitas percas, assassinatos. Hoje existem apenas medidas paliativas de distribuição de terras, aconteceram perdas históricas de conquistas concretas e falta pautar essa reivindicação num governo que se diz dos trabalhadores. Ano passado não foi assentada nenhuma família em Minas e as que estão assentadas não tem moradia digna, estrada, energia. É preciso reforma agrária popular, autônoma, ocupação com articulações locais, com resistências aliando campo e cidade. A Reforma Agrária só acontece aliada a educação popular (cursos informais, parcerias com Escolas e Universidades). A importância das escolas itinerantes. Precisamos de um poder popular, participação popular, avançar enquanto classe. De uma transição para uma sociedade sem classe e sem Estado. A militância está desacreditada da política dos partidos. É forte a criminalização do movimento e não existe justiça. A Escola Nacional Florestan Fernandes (sede em Guararema) é que coordena os cursos nos 24 estados do país, também na Venezuela, Paraguai e Bolívia para construir o conhecimento popular. Tem também a Universidade Popular da Fronteira no vale do Iguaçu. Existe a necessidade de articular em lutas conjuntas pautando outras lutas, temos nossas lacunas e muito o que aprender com a luta do nosso povo e em espaços como esse.

TICÃO (FRANCISCO) (Federação N'golo- Movimento Quilombola): Nunca participei de um encontro desses. Quero falar sobre a luta pela regularização fundiária. Nós temos 480 comunidades quilombolas em Minas, lutando pela titularidade de seus territórios. O

agronegócio é dividido, mas para acabar com os movimentos sociais, eles se unem na bancada ruralista lá em Brasília. Mesmo que o governo seja favorável não adianta, o poder está na mão deles. Assim, é importante a unidade dos Movimentos Sociais, porque o inimigo é muito organizado. Dentro das comunidades é difícil passar informação sobre seus direitos. Informação para os quilombolas. Falta de informação das pessoas com relação a história do povo brasileiro (professores, estudantes, etc.). É preciso educação para isso, até os professores estão mal informados. O livro didático não conta bem a história. Que história é essa que não está nos livros? Só acredita na história verdadeira dos quilombos porque a história está viva ali. O quilombola está errado? Não, porque está na lei. A escola não ensina. É preciso apoiar a luta e divulgar as causas. Na minha comunidade nós ocupamos fazendas e pressionamos o governo. Algumas pessoas questionam o apoio que o MST nos dá. O meio de sustentação da comunidade quilombola é o território. O MST não está errado, o governo não faz a reforma agrária.

DIMAS (Sinpro): Estamos falando do movimento social e esquecemos o movimento sindical. Quero falar sobre a relação entre movimento social e movimento sindical. O movimento sindical é mais antigo, com experiência acumulada e capacidade organizativa. A parcela sindical tem muito a contribuir com a institucionalização e mais vivacidade na luta. Os trabalhadores estão sendo acuados e o movimento sindical encontra-se em extrema defensiva e não mantém suas conquistas. O movimento sindical tem que aprender com o social e vice e versa. Só quem está na universidade privada, sabe o valor da universidade pública. Instituições privadas de ensino se apresentam como um mercado, as mudanças na legislação do sistema de ensino no momento não permitem que os professores da rede privada recorram à justiça. A luta da classe trabalhadora é uma luta social desse país. Quando votamos no governo Lula, já tinha a carta ao povo brasileiro onde dizia que estava ao lado do capital, mas era o menos pior. Hoje temos uma mudança na legislação emenda 45 que impede os trabalhadores de promover dissídio coletivo. Não podemos ir à justiça do trabalho sem a concordância do patronal. O sindicato (Sinpro) tem um instrumento de comunicação, possui um programa de TV e os movimentos presentes na oficina da UPMS podem fazer parte do programa. Mas também quero contar com o movimento social para a luta da classe trabalhadora. Fazendo democracia, diálogo e respeito mútuo. É a primeira vez que diálogo com alguém do movimento LGBT. O Fórum Social Mundial é algo tão gigantesco e perdeu a caracterização de uma articulação dos movimentos. Não vamos refletir somente a relação com o Estado, vamos refletir também a relação com o movimento sindical. O movimento sindical autônomo e não o pelego. O atual governo (Lula) é um governo em disputa.

JOSÉ DOURADO (Doutorando FAE/UFMG): Os movimentos sociais surgem e quando alcançam o que querem somem e surgem outros. As pessoas dos movimentos que vão para o Estado acabam por fazer com que o movimento finalize (ele trouxe o exemplo dos seringueiros do Acre). Movimentos e Estado estão se transformando. É preciso ver o Estado não como uma coisa permanente e sim em transformação assim como os movimentos sociais. Precisamos pensar em novas maneiras de fazer, para que os movimentos encontrem outras formas de luta. A UPMS é isso aqui: criar espaços, oportunizar para movimentos se articularem e se modificarem. A UPMS nesse sentido pode oportunizar para que movimento e Estado se modifiquem e avancem.

LILIAN GOMES (doutoranda DCP/UFGM – NUC-Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais da UFGM): Mais que fazer síntese é um chamado à complexidade, para que cada um conheça e se sensibilize de qual é a intensidade da luta dos outros. Um momento de riqueza por estar num lugar de lutas individuais e coletivas. Aqui se pode formar uma rede com questões imbricadas. Já consigo imaginar o movimento LGBT lutando com os quilombolas e outras articulações. Como é que a elite vai ver isso? É quebrar uma racionalidade. Já começo a imaginar o que será o movimento social e sindical com essa complexidade.

RUSSO (Hip-Hop Chama): Primeiro quero explicar que tive que sair porque tive que dar uma oficina. Existe uma busca incansável de se pensar cidadania. Reforço a dificuldade que existe na relação com o Estado. Falo também da falta de diálogos dentro dos movimentos e entre eles. Ele acredita que dentro dessa sala tem de fato o poder de ser diferente. Acredito no trabalho de formiguinha. Se a gente não muda as bases, a gente não vai mudar lá em cima. É preciso sofrer e viver a utopia juntos.

Todos os inscritos falaram. Algumas pessoas preferiram ouvir do que expressar sua opinião no grande grupo. Os ativistas tiveram sua palavra e os pesquisadores e pesquisadoras ali presentes adotaram uma postura mais de escuta.

Nilma retomou a fala explicando o objetivo dessa parte da Oficina: “reconhecimento e geração de confiança”. Disse ainda que achava que os participantes alcançaram o objetivo de reconhecer e gerar confiança no grupo.

INTERVALO – PAUSA PARA LANCHE

TERCEIRO MOMENTO: Identificação das ignorâncias e saberes presentes

O trabalho foi retomado e Nilma explicou a nova dinâmica: a divisão em pequenos grupos para um diálogo mais próximo. Os grupos deveriam tentar se misturar, abarcando pessoas de diferentes movimentos sociais, sindicatos e intelectuais. O trabalho de grupo quando bem realizado possibilita o espaço de fala para as pessoas que não se sentem à vontade de se expressar no grande grupo. Divididos em grupos, os integrantes responderam as seguintes perguntas:

Que ignorâncias a respeito dos movimentos sociais participantes desta oficina puderam ser superadas, hoje?

Que novos saberes percebemos serem construídos, hoje? Que saberes emergem das ações dos movimentos sociais?

O trabalho de grupo teve início às 17:30 horas terminando às 18h30 h. Foi decidido que a retomada dos grupos e das discussões seria realizada na manhã do domingo.

Ao término dos grupos vários integrantes da oficina foram tomar banho e às 19hs estavam sentados nas mesas ao ar livre, comendo caldos, alguns bebendo

refrigerante e outros cerveja. Apesar da insistência da coordenação vários participantes foram para suas casas prometendo retornar no dia seguinte. Tal decisão, apesar de compreensível, significou uma “quebra” nos propósitos da Oficina, pois o recomendável é que as pessoas pudessem ficar juntas, se divertissem e conhecessem um pouco mais do perfil de cada um. Apesar de distante, a Escola Sindical, local de realização da Oficina, é de fácil acesso, o que possibilitava o ir e vir com mais facilidade. Todavia, aqueles que permaneceram e pernoitaram puderam entender o sentido do “estar juntos”.

Russo (Movimento Hip-Hop Chama) e Marcão (D-VerCidade Cultural) foram os responsáveis pela parte cultural da noite. Com um microfone na mão e com a ajuda de um computador e um data-show, Russo cantou alguns raps, mostrou alguns vídeos e principalmente estimulou que cada um fosse até o “palco” e se apresentasse para os colegas. A primeira apresentação foi a de Evandro (Negraria-Coletivo de Artistas Negros) com uma performance teatral e musical emocionante.

Russo e Marcão convidavam os participantes a se expressarem no palco improvisado. Inicialmente, de maneira tímida, alguns interessados foram à frente e apresentaram poemas pessoais, declamaram e cantaram. Aos poucos, o clima da poesia e da troca invadiu a noite de todos de forma animada e divertida.

O ponto alto da noite foi a participação do Cacique Domingos (Xacriabá) e Ticão (Federação N’golo – Movimento Quilombola). O Cacique apresentou no ritmo de Rap uma história que o seu pai - um líder indígena assassinado na luta indígena em Minas Gerais - contara para ele desde a sua infância. Ticão (quilombola) também apresentou um Rap e dançou dialogando com os jovens do Movimento Hip Hop ali presentes.

Nesse momento, parte da tradução intercultural pôde ser vivenciada. Uma tradução de saberes, de culturas, de práticas representadas por gerações, etnias e raças distintas, mas naquele momento partilhando de uma emoção e uma solidariedade comum. Para completar a noite, depois todos foram ao “palco” dançar. Foi uma noite de arte e entrosamento!

3.2 - 2º DIA DA OFICINA DOMINGO, 02 DE AGOSTO DE 2009

Manhã

O trabalho teve início com o café da manhã e a chegada dos participantes que não pernottaram na Oficina. Com exceção de dois ativistas que já haviam comunicado que não participariam do segundo dia, todos retornaram e com bastante pontualidade o que revelou não só o compromisso com a Oficina, mas , também que a atividade conseguiu apresentar sentido e significado para aqueles que dela participaram.

No domingo chegaram também novos participantes os quais foram convidados a se apresentar: Juarez Dayrell (FAE/UFMG), Boaventura de Sousa Santos (CES/COIMBRA) e Leonardo Avritzer (DCP/UFMG).

Foi retomada a discussão sobre as ignorâncias e novos saberes realizada na tarde e noite do dia anterior com a apresentação dos grupos.

A seguir, apresentamos a sistematização da apresentação dos relatores de cada grupo respeitando o que os integrantes consideraram como ignorância superada e saberes construídos. Alguns grupos, entretanto, apresentaram uma explanação geral da discussão sem referência direta nem às ignorâncias e nem aos saberes.

GRUPO 1	
IGNORÂNCIAS SUPERADAS	SABERES CONSTRUÍDOS
• História do povo quilombola. • A diferença entre movimento social rural (que tem como primazia a luta pela terra) e movimento social urbano. • O que significa cada letra da sigla LGBT. • Desconhecimento das bandeiras de luta dos outros movimentos sociais. • Em apenas um encontro é possível construir alianças. • A possibilidade de promover um encontro com pessoas tão diversas.	• Como é bom discutir sem as tensões dos momentos consultivos. • Quilombola e indígena, os riscos de vida vividos pelas lideranças, publicizar as lutas, é importante para a proteção dos líderes. • Micro-relações podem trazer transformação social: exemplo de compras coletivas, boicotes, o beijaço como uma estratégia de luta. • A oralidade, que guarda outra verdade, é um contraponto do que não está nos livros da escola. • Complexidade é infinita, se na Oficina estivessem outras pessoas, seriam outras discussões.
QUESTÃO APRESENTADA PELO GRUPO Quais as diretrizes para a construção da pluralidade sem invisibilizar as demandas específicas?	

GRUPO 2	
IGNORÂNCIAS SUPERADAS	SABERES CONSTRUÍDOS
• O lado pedagógico do Hip Hop. • Conhecer melhor o movimento LGBTT. • O grupo ficou chocado com o esclarecimento de que a sociedade como um todo rejeita os transexuais por conta da aparência e os homossexuais como um todo. Mulheres e LGBT descortinaram questões antes não debatidas como o preconceito das feministas às transexuais.	• Dentro da mesma temática, coisas novas, sendo discutidas. Erica exemplifica com a questão feminista. • A necessidade de uma nova ciência política. • Devemos lutar para elaboração de leis, para que elas sejam cumpridas, pois os programas dependem dos governos. • Esperança reforçada.
OUTROS SABERES: • Abertura de novos saberes na academia, o exemplo do NUQ (Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais da UFMG) com a comprovação da história quilombola. • Novas características dos movimentos sociais hoje. Os indígenas que estão reivindicando suas lutas. A mulher se desdobra para atender todas as suas funções. Necessidade do poder público de se adequar a estas novas exigências • O poder público precisa se adequar às novas demandas dos movimentos sociais.	

GRUPO 3	
INCOMPLETUDES (o grupo discutiu sobre a palavra ignorância que é muito forte, mas entende a necessidade de usá-la porque na academicamente choca mais)	SABERES CONSTRUÍDOS
• Mesmo participando de movimentos sociais integrantes do grupo não conheciam outros movimentos ali presente. A partir do momento em que se conhece outro movimento os integrantes ali presentes poderão representá-lo em outras instâncias. • Falava de forma superficial a questão do LGBTT. Enquanto educadores e ativistas temos problemas para lidar com a questão da sexualidade e quando falamos nos limitamos a questões de gênero. • Dentro de cada movimento existem desigualdades.	• Importância da escuta. • A diferença entre movimento social e movimento popular. • Estar mais claro o que nos une. • A diferença entre governo e Estado. • Pensar como a universidade convencional está ultrapassada em uma série de questões. • Quando estudamos a diversidade temos uma compreensão, quando vivenciamos a diversidade nos sentimos parte dela. • Se sentir parte da diversidade, o que não consegue simplesmente com uma discussão teórica.

• A fala nos pequenos grupos que possibilita que alguns se expressem, coisa que no grande grupo não fala.	
OUTRAS PROPOSTAS • A proposta de criar um grupo de e-mail, pois um encontro é pouco, é preciso continuar trocando idéias, trocar documentos, recontextualizar a experiência do outro movimento social. • As pessoas tiveram no trabalho em grupo como se manifestar com maior liberdade.	

GRUPO 4
APRESENTAÇÃO GERAL DAS IDÉIAS DISCUTIDAS • Disputa de espaço e de poder no cotidiano. Quem chega ao poder esquece dos movimentos sociais, principalmente o pessoal do sindicato. • Questão transexual não é discutida nos movimentos. • Quer sair do isolamento, vontade de construir algo junto. Também curiosidade. Aqui, na Oficina da UPMS, não tem nada em disputa. As condições são favoráveis para a convergência acontecer. O novo é que todo mundo fala e todo mundo ouve. • Reformular os movimentos. Pensar: quem somos? O que queremos? • Como multiplicar esse processo? Seria importante pegar esta experiência que está sendo feita aqui e levar para nossos espaços. Deveriam ser feitos outros encontros. Como podemos multiplicar esta experiência aqui e que isso não aconteça de cima pra baixo. • Pensar sobre a questão da fala e da escuta e “não falar como Fidel”. Hoje em dia é difícil as pessoas pararem para escutar.

GRUPO 5
APRESENTAÇÃO GERAL DAS IDÉIAS DISCUTIDAS • Muita gente fala da não mobilização, é um momento de ver a pluralidade dos movimentos. Este espaço nos anima, nos mostra que existem outros movimentos organizados. • Outro estranhamento foi com relação a posição dos movimentos quanto ao Estado, há semelhanças e divergências. Alguns tem projetos estratégicos, outros mais táticos. • Desconhecimento do projeto de sociedade do MST. • Outras formas de luta: as paradas LGBTT, identidade coletiva, sair do isolamento. • Desconhecimento das comunidades quilombolas no contexto urbano. • Crítica aos acadêmicos que não contribuem com o movimento. Relação utilitarista dos pesquisadores, a comunidade acolhe mas os acadêmicos não trazem um retorno.

- Impressionante a diversidade de grupos presentes.
- É intencional os excluídos não aparecerem na história oficial.
- Juntar os movimentos em torno de lutas, com diferentes bandeiras e construir novas formas de luta. Juntar em várias caminhadas, várias formas de luta, as lutas específicas não podem estar fora das pautas gerais.
- A diversidade é que deve dar o tom de uma universidade que queremos.
- Socialização das agendas.
- Veículo de comunicação.
- VALTER disse que se o governo souber desse encontro, ele não deixa. No começo, achou que não ia gostar por só professor, formados, acadêmicos. De tarde estava empolgado e pensando esse é o meu lugar, é uma bandeira só.

GRUPO 6

INCOMPLETUDES pois o interessante é dizer o que precisa saber mais e não o que foi superado.

APRESENTAÇÃO GERAL DAS IDÉIAS DISCUTIDAS

- Diversidade religiosa em cada movimento.
- Movimento LGBT, capacidade de articular no congresso, parada gay 80% de financiamento público.
- Articulação sobre a frente parlamentar que muitos movimentos não conseguem.
- Gestão pública não estatal e comunitária, assim pode ser a escola indígena e a escola do campo. Tema que é de interesse comum. Como criar essa possibilidade?
- A questão jurídica é importante.
- Necessidade dos movimentos sociais se conhecerem mais.
- Em outro momento nesse mesmo grupo, que a apresentação seja feita a partir das perguntas que os outros façam aos representantes dos movimentos.
- Discussão foi interessante não só por apontar a diversidade mas pode impactar em um projeto de nação, o MST tem um projeto popular para o país, e a comunidade negra também.
- Esse olhar da diversidade deve estar presente em um projeto de conhecimento.
- O projeto tem que dialogar com o mundo, relação com a África. Não é o FSM (um shopping de idéias) que vai resolver isso, é a gente aqui.
- Outro modelo de conhecimento pois a universidade não nos serve.
- A produção de conhecimento sistemática também é importante, mas a universidade que esta aí não dá conta. O que está sendo ensinado nas escolas tem que ser diferente.
- UPMS é a discussão da produção de outros conhecimentos.
- Mudar o conceito de Estado através da noção de público não estatal.
- UPMS unir em torno de um projeto de Brasil. Devemos nos unir em torno de um projeto popular para o Brasil, nós não temos isto construído nesta diversidade. Se não vamos ficar só na conversa, como vamos alargar isto para pensar o Brasil. Cursos do MST de realidade brasileira a partir de pensadores brasileiros. Leitura dos clássicos do pensamento brasileiro para pensar um projeto com o olhar brasileiro e latino-americano. Teóricos europeus não

conseguem dar conta desta realidade. Interessante conhecer autores como Rui Mauro Marine que traz uma nova economia política a partir da América Latina.

- Ter o foco na mudança social, na globalização alternativa, mas também no local alternativo.
- Em 2005 em Brasília começou uma articulação que se chama Assembléia Popular e há hoje uma retomada e no Brasil houve uma certa desesperança com o governo Lula. Existem limites na relação dos movimentos com o Estado. A Assembléia Popular reúne varias entidades, está nos bairros, há uma necessidade de convidar este campo a se reunir em torno da Via Campesina, esta é uma informação do que esta acontecendo. Escola Nacional Florestan Fernandes tem curso de economia política na América Latina. Essa UPMS sem um vínculo com um projeto popular para o Brasil e a América Latina pode parar nela mesma.
- Os partidos políticos devem vir para este debate, além dos movimentos populares, as ONGs devem vir, há um esgotamento com relação a este momento do Estado e da democracia.

Liliane e Carlos avisam que vão sair para a parada LGBT.

QUARTO MOMENTO: *Identificação de zonas políticas comuns*

Após a discussão nos grupos a palavra volta para o grande grupo e os integrantes se colocam. A itenção dessa fase é a construção de uma agenda política comum que articule os movimentos para além da oficina, nas suas trajetórias e lutas. Já que foram percebidos ignorâncias, saberes, aproximações e distanciamentos, o desafio agora é como agir.

LUIZ EDUARDO (Movimento dos Sem Universidade): Agora não é só o MST, o PT e a CUT, são muitos movimentos. Destaco a importância da formação. Exemplo: o Curso de Realidade Brasileira do MST, a Assembléia Popular como espaço de articulação. Como fica a participação dos partidos políticos na UPMS? O vínculo com projeto popular pode ser o detalhamento da agenda comum.

INTERVALO PARA LANCHE

BOAVENTURA (CES/COIMBRA): É uma grande alegria estar participando da oficina em Belo Horizonte. Se o Movimento dos Sem Universidade tem espaço na UPMS é porque a UPMS é diferente. Não é errado ter medo dos intelectuais. Muitos intelectuais são chatos. Ignorância é importante e é importante reconhecê-la. Se há pouco conhecimento entre os movimentos que estão participando dessa oficina, imagina o desconhecimento entre todos os movimentos do Brasil. O mesmo governo que apóia LGBT, criminaliza o MST. A estratégia dos poderosos é dividir, não querem ver quilombolas e MST juntos. Eu trabalho com os advogados populares, no Brasil a questão da terra se transformou em algo muito importante. É preciso articular MST, quilombolas e indígenas. Estive em Brasília no mês passado junto com os advogados populares dos quilombolas para marcar uma agenda com o jurídico. Está neste momento

no Supremo Tribunal Federal uma ação que torna inconstitucional a atribuição dos novos quilombos, os que foram expulsos não podem portanto voltar. Na decisão jurídica sobre a Raposa Serra do Sol foram colocados condicionantes que podem abrir precedentes para o futuro. O fundamental da UPMS é a união dos movimentos. É importante que a questão da sexualidade esteja emergindo em nossas agendas. Sexualidade não é luxo, é o nosso cotidiano e é importante entrar na discussão. O governo procura dividir, mas cada luta é uma luta de todos, os sindicatos continuam sendo uma luta muito importante, pois cada vez mais os trabalhadores estão sem carteira assinada, não há trabalho com direito. Nossa idéia é ir criando espaços para o conhecimento recíproco. Nossas ansiedades estão presentes e hoje vi com meus olhos que é possível fazer uma discussão em que não há disputa pelo poder. Ao priorizar suas lutas os movimentos se isolaram. Suponhamos que a questão da sexualidade fique mais importante, aí aumenta a responsabilidade do LGBT. O grande problema é como que pessoas que passaram anos lutando por coisas específicas, vão pensar em outras lutas como prioritárias. Existem movimentos que focam mais nos temas específicos e outros tem projetos mais estratégicos. Enquanto estivermos no capitalismo a terra vai continuar concentrada e a discriminação ainda vai existir. Muitas das lutas que temos hoje foram um grande progresso. Sugiro a possibilidade de cada movimento daqui criar uma oficina do seu jeito da UPMS. Essa oficina custou mais ou menos 3 mil reais, assim não é tão caro. Como os líderes vão repassar a informação do que aconteceu aqui na UPMS? A falta de um projeto de país não atrapalha muito, o importante é lutar agora e não perder tempo, o projeto de país vai se anunciando. Há um tempo atrás só discutíamos os projetos, hoje conseguimos fazer as duas lutas ao mesmo tempo. O desconhecimento cria preconceitos. Nossa luta contra a ignorância é importante, pois precisamos nos conhecer. No começo é importante ver a cara, depois a articulação pode ser virtual. É preciso refletir o que se pensa como movimento velho e novo. O quilombola é mais antigo que o sindical. A história indígena, esta luta vem de 400 anos atrás e, no entanto consideramos que é um movimento novo. É preciso de uma aliança entre os afro-descendentes da América Latina. Em Cusco houve uma reunião com 5000 indígenas e nenhum brasileiro. O único movimento brasileiro realmente internacionalizado é o MST. Um movimento importante deve levar os outros consigo. É importante trazer os invisíveis à frente. Fazer do pouco muito. O exemplo da comandante Esther. Queria levantar que existem exemplos na América Latina de espaços públicos não estatais. Na constituição da Bolívia existem 5 modelos de propriedade, existe o sistema público comunitário. É preciso muitas vezes tentar mudar a lei. Penso que é necessário fazer das oficinas uma experiência permanente.

DIÁLOGO

LUIZ (Movimento dos Sem Universidade): Quero pensar a validação do conhecimento em relação ao Estado. Será que a UPMS se chama universidade para a validação do novo conhecimento? Quando estamos na educação popular, da periferia, estamos lidando com o latifúndio do saber.

TICÃO (Federação N'Golo – Movimento Quilombola): O professor falou que o não saber causa discriminação, quando fui falar com o MST sobre os quilombolas, a pessoa do MST falou que lidava com sem terra e não com quilombolas (que fazem macumba e etc – isto é um preconceito!). Através de uma reunião foi se chegando ao entendimento. Agora foi retomada a luta em Brejo dos Crioulos e o MST está conosco na comunidade. As pessoas questionam o fato dos quilombolas terem levado o MST para lá. Os

quilombolas precisam de toda sociedade apoiando. Eu pergunto ao professor o que ele acha desta aliança.

CARLOS (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual – CELLOS): A tática de luta de frente parlamentar imita a tática da frente em defesa de criança e adolescente. O governo não dá de mão beijada os 80% de recursos para a parada gay. Nós participamos de várias iniciativas, onde temos recursos porque fazemos luta. Hoje nossa organização pode falar na Assembléia da ONU (a Associação Brasileira LGBT tem um acento na ONU). Por três vezes esse direito foi negado por países africanos de base muçulmana, que têm lei que criminalizam a homossexualidade. Dez países tem lei com pena de morte, são homofóbicos institucionais. Queria entender que nossas parcerias não sejam formais, nós somos corrente de transmissão de outras lutas, nossa luta é secundarizada dentro de sindicatos e partidos, o fato de estarmos ouvindo e vivendo muitas coisas é importante para saber que nossas lutas não são contempladas. A gente ajudava e não recebia ajuda, pois secundarizavam as nossas lutas.

ERICA (Marcha Mundial de Mulheres): Sobre as Assembléias Populares, é uma experiência importante a ser valorizada como um espaço de construção de pautas em comum. A Marcha Mundial de Mulheres também é um movimento internacionalizado, neste momento estamos em Honduras. O desafio é um pouco maior do que imaginamos.

MARCOS CARDOSO (CONEN – Movimento Negro): A invisibilidade dos movimentos sociais tem uma racionalidade. O Movimento Negro Brasileiro fica perguntando porque existe tanto ódio em relação aos negros. Não é preconceito, é ódio! Daí a resistência. Em 1987 foi feito um processo popular de discussão da Constituinte, a questão racial virou uma disposição transitória da Constituição. O exemplo é o artigo 68. Para o Estado, quilombo é uma política nova. Há uma história, agora o governo está tentando transformar em política pública. Da mesma forma o olhar sobre a América Latina, rede afro-venezuelana, outras redes latino-americanas, que são difíceis de ser efetivadas. No FSM, em Belém, tentamos uma rede amazônia negra, tem uma rede dos nove estados nacionais e que é negra, para discutir a questão da soberania nacional. Temos também uma invisibilidade estatística. Houve no Chile uma reunião entre institutos de estatísticas para discutir como incluir a questão étnico-racial no censo 2010 de todos os países da América Latina. O censo vai começar em julho no calor da eleição. O IBGE nos trata de forma desqualificada e é o modelo do IBGE que vai servir de modelo para a América Latina toda. Pode acontecer uma campanha midiática contra a racialização da sociedade brasileira no calor eleitoral.

LEONARDO AVRITZER (Professor do DCP e diretor do CESAL): Para mim como diretor do CESAL é um prazer poder ter como primeira atividade formal do nosso centro a oficina da UPMS. A idéia de universidade é inibidora, temos aqui um desafio duplo, não só pensar os diferentes saberes mas construir uma idéia de universidade. Como construir uma idéia de universidade que não implica hierarquização? São métodos diferentes. Será que o nome universidade permite pensar a democratização de saber? O desafio da Universidade Popular é ver como democratiza a própria idéia de universidade. Outra coisa que chamou atenção foi a fala de que não estamos disputando recursos. Ao mesmo tempo em que é importante participar da deliberação isto também cria tensionamento, é preciso ter outro local em que as mesmas pessoas discutam sem a competitividade. A UPMS pode ser este espaço de construção mais comum. Estou feliz de que a UPMS seja um dos espaços do CESAL, não é um grande esforço multiplicar

estas experiências e deveríamos pensar em como expandir estas oficinas para criar outra maneira de lidar com o conhecimento e para o CESAL isto é central.

WANDERSON (Sind-REDE): A experiência está ótima! O termo ignorância está próximo da tolerância, eu conheço, tolero, mas não incorporo. Não podemos ser apenas tolerantes. O movimento sindical, muitas vezes tolera o movimento LGBT mas não o incorpora. Isto é um aprendizado. Em determinados momentos estamos divididos em torno de nossas verdades. Deveríamos ter um pacto de defesa, pelo menos ter um projeto mínimo. Normalmente nos atropelamos. Ano que vem tem eleição, quem é ativista, vai estar defendendo algum projeto. Independente do governo é preciso ser a favor da causa. Não se pode omitir e nem isolar lutas. Nós temos o desafio de incorporar as lutas uns dos outros.

LARISSA (Negras Ativas – Movimento de Mulheres Negras): Três palavras ficaram fortes aqui: (re)conhecimento, convivência e comunicação. Para trazer para o cotidiano lutas transnacionais, precisamos descolonizar nosso corpo e nossa mente, essa superação de valores é difícil. Tem coisas que são simples, mas são difíceis, o exemplo da dificuldade em abandonar o uso de copo descartável. A incorporação cotidiana dessas lutas demanda de nós outra relação, uma disposição de estar em várias frentes. A linguagem e a comunicação é importante para fazer os vários enfrentamentos. As pessoas são várias coisas ao mesmo tempo (mulher, negra, juventude) para essa pluralidade precisa se apoiar em outros plurais. Como lidar com os nossos limites? Construir várias frentes de luta. Não dá para esperar acabar o capitalismo para acabar com o machismo e racismo. As vezes sentimos que não tem muito foco, mas o foco está neste novo projeto de Brasil que estamos formulando.

ALMOÇO

Após o almoço foram dados alguns informes:

- Congresso de abertura CESAL de 04 a 06 de Agosto. Site do CESAL: www.cesamaricalatina.org
- Feira de agricultura familiar.
- Site da ABLGBT: www.ablgt.org.br e www.antrabrazil.com

ANTÔNIA VITÓRIA (Profa e diretora da FAE/UFG): Semana passada na Colômbia foi criado pela CLACSO o Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina e é importante a participação da gente lá. A minha preocupação é com o que vai sair daqui. Algumas premissas para continuar caminhando: primeiro incorporar outras dimensões com as quais temos que aprender a lidar, não só pensar e agir, mas também sentir. Outra questão é que nenhum movimento consegue escapar da discriminação, há um traço comum de discriminação, por isso temos que estar mais unidos para nos defender, fazer um pacto necessário. Outra questão é fugir das polaridades e instalar outra racionalidade, fim do novo e do velho, escapar dessas polaridades, pois é uma armadilha contra nós mesmos. Qualquer agir nosso seria importante que fosse devagar e juntos.

ANA PEREIRA (Fetaemg- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais): Me chamou atenção a questão da educação voltada para o campo, pensando na pedagogia da alternância. Outra questão que pensei é que eu deveria estar no Movimento dos Sem Universidade (MSU), pois nunca tive acesso a faculdade. É importante a articulação

entre os movimentos sociais, não apenas pela UPMS, UFMG e outras articulações. Me chamou atenção o questionamento dos quilombolas que diz que os pesquisadores vão nas comunidades e não dão retorno. Se formos falar das origens, que movimento somos? Eu sou de uma parte indígena, quilombola e da agricultura familiar e representante das mulheres trabalhadoras rurais. O que é o movimento sindical das trabalhadoras rurais? Não somos apenas sindicais, trabalhamos com reforma agrária, políticas sociais, formação sindical, busca de inserção nos espaços políticos e espaços de debates. Em 2007 fizemos a Marcha das Margaridas, Grito da Terra Brasil e as negociações com o governo não são fáceis. A primeira visão que temos ao vir para universidade é a idéia da formalidade. A questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, a questão dos programas de governo e políticas públicas que devem ser aplicadas no campo são todos desafios. Os desafios que nos são postos. Por exemplo, antes de discutir a crise global, discutia-se a crise dos alimentos. De que forma somos vistos pela sociedade? Os trabalhadores rurais também são quilombolas e indígenas. Como dialogar com a questão rural? É importante dialogar e conhecer os movimentos que são parte da UPMS e tentar colocar na mesma mesa para discutirmos. Levando em conta a diversidade do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

MARCOS NUNES (Fetaemg): No campo, nós também temos uma diversidade. Existem vários movimentos que fazem a luta pela terra. O movimento sindical do campo surge na década de 50 e perpassa o período de ditadura militar e até hoje as bandeiras por democracia, saúde, educação, política para o campo, trabalho infantil são todas pautas para nós, até hoje. É importante um conhecer o outro, cada movimento tem sua forma e sua ideologia, mas lutam pelas mesmas causas. Mais de 50% dos assentamentos são ligados ao trabalho sindical do campo e muitas vezes não aparece o sindical e sim o MST. Existe uma luta em torno da juventude rural. Festival da juventude de três em três anos, com cinco mil jovens, em Brasília, durante uma semana, de todos os estados. No ano que vem vão fazer de novo, em janeiro será em Minas no SESC Venda Nova. É um momento que reúne esportes e momentos de formação.

BOAVENTURA (CES/COIMBRA): Em 2003 foi muito discutido o nome universidade, como sendo um termo elitista, mas sabíamos que a idéia das universidades populares é muito antiga. Nos anos 20 e 30 do século passado pelos partidos comunistas elas já existiam e eram para dar cultura geral aos operários. Havia professores de esquerda, progressistas que iam falar aos operários após o trabalho. Ainda hoje existem universidades populares na Itália e na França. Essas experiências eram para os operários, dadas pelos universitários. Aqui somos diferentes, não temos partidos, não existe apenas uma fonte de conhecimento. Na UPMS o que orienta é a ecologia dos saberes. O erro é que pensamos que só a ciência é conhecimento. Somos ignorantes dos outros conhecimentos, a ciência não admite ignorâncias. Um nome sugerido foi escola, o MST escolheu o nome Escola. Escolhemos universidade no sentido de se apropriar da palavra. No México, os zapatistas criaram a Universidade da Terra e no Equador a Universidade Indígena. A palavra universidade começou a ser apropriada pelos movimentos. Porque não fazermos isso? Devemos fazer dentro da universidade uma contra-universidade. Aqui tem uma variedade racial e sexual que nenhuma universidade tem. Fazer *entrismo*, entrar lá dentro e mudar por dentro. Falou-se muito das diferenças entre os movimentos, houve conflitos no terreno entre MST e indígenas, entre agricultor rural e quilombola. Isso é normal, mas deve ser superado respeitando a diferença. Advogados populares é uma coisa interessante no Brasil, os advogados que defendem o MST não estavam acostumados com o quilombolas e

perceberam que as lutas são diferentes. Vão haver conflitos, então, é preciso saber lidar com o diferente. Sobre a hierarquia das lutas, qual é a mais importante? Há aqueles que pensam que a sindical e operária é a mais importante. Dizer que todas são importantes, não quer dizer que todas as lutas são importantes ao mesmo tempo. Em cada contexto uma luta é mais importante. Luta concreta na situação concreta. Há cerca de 1200 líderes indígenas presos hoje no Chile e Peru. Morreram mais líderes indígenas no Brasil com Lula do que antes. Nestas sociedades temos que fazer uma leitura macro. Não há morte pela discriminação contra gays. Temos forte heranças do colonialismo: terra e racismo, as duas mais duras heranças do colonialismo e elas continuam. Finalmente o Brasil reconheceu que é racista. Só lutamos contra o racismo ao reconhecer sua existência. No Brasil mistura-se classe, raça e gênero. As lutas principais são aquelas que naquele momento aparecem mais. A questão da terra vai ser a mais importante no Brasil no próximo período. E se fosse possível que cada um soubesse o que estamos fazendo... somos uma luta contra o apagão midiático.

QUINTO MOMENTO: Busca de ausências e emergências

A oficina chegou no momento final. Quais foram as ausências sentidas neste primeiro encontro? Quais seriam os outros movimentos sociais que deveriam fazer parte da oficina e não estavam nela representados?

Todos os integrantes se lembraram de outros movimentos e companheiros de luta. O quadro foi pequeno para anotar a pluralidade de movimentos e ong's que foram lembrados. Puralidade que emergiu do próprio reconhecimento dos ativistas e intelectuais presentes em relação à riqueza e diversidade de frentes de luta existentes em nossa sociedade. A seguir, apresentamos o que foi escrito no quadro, agora por ordem alfabética:

ALEM (lésbicas). Andirobeiras. Articulação das mulheres indígenas de Minas Gerais e Espírito Santo. Articulação do Semi Árido. Articulação Nacional de Quilombolas. Assalariados Rurais. Assembléia Popular. Associação das profissionais do sexo. Associação de domésticas. Associação de familiares de presos. Associação dos Pescadores. Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerias e Espírito Santo. Associação Mineira de Agro-ecologia. Associação das Mulheres no Campo. Brigadas populares. Cangadeiros. Capoeiristas. Cáritas. Catadores de reciclagem. CENARAB. Centrais Sindicais.	Federação Espírita Umbandista. Fórum Nacional da Juventude Negra. Fundo de Pasto. Geraizeiros. IGERE. MONABANTU. Movimento das Associações Rurais. Movimento dos Atingidos por Barragens. Movimento dos Ciganos. Movimento de Vilas e Favelas. Movimento dos Arte-educadores. Movimento dos Meninos e Meninas de Rua. Movimento dos Pequenos Agricultores. Movimento dos secundaristas. Movimento dos trabalhadores desempregados. Movimento estudantil (Das, DCEs e demais). Movimento Sem Teto. Movimentos Ambientalistas. Movimentos de crianças e adolescentes. ODU Orixás.
--	---

Centro de Referência de Cultura da Mulher Negra de Minas Gerais. Ciganos (comunidade tradicional, uso coletivo da terra). Comunicações alternativas. Conselho de Negros de Minas Gerais. Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais. Conselho Indígena Missionário. Conselho Nacional de Seringueiros. CPT. CUFA. Famíliares de carcerários. Faxinais Livres.	Pastorais Sociais. Pessoas com deficiência. Quebradoras de Babaçu. Rádios comunitárias. Rede de educação do SemiÁrido. Rede de juventude pelo Meio Ambiente. Saúde Mental. Sindicato dos artistas. Sindicato dos Bancários. Sindicato dos jornalistas. Sindicato das Telecomunicações e Precarizações UNEGRO. Varzenteiros. Via Campesina.
---	---

4- ENCAMINHAMENTOS DA AGENDA COMUM

NILMA (Profa FAE/UFMG): Está claro a grande riqueza de diversidade dos movimentos lembrados. Dependendo do tema e do propósito é possível convidar entidades diferentes. As aproximações estão sendo construídas. Quais as zonas políticas que nos aproximam? Há saberes acumulados. É preciso superar o desperdício da riqueza de experiências. Pensar ações que podem ser conjuntas. Porém, a agenda comum precisa ser construída com os pés no chão, senão dará lugar ao sentimento de fracasso. Não se pode perder de vista os princípios da UPMS.

A partir dessa ponderação os ativistas e intelectuais apresentam sugestões de organização da agenda, de socialização do calendário de lutas. Também foram sugeridos vários temas para as próximas oficinas da UPMS, no Brasil.

MARCOS CARDOSO (CONEN-Movimento Negro): É importante não construir agenda do nosso cotidiano, de cada especificidade, mas ver o que é mais estratégico para esse grupo. Pensar em construções de oficinas em conjunto. Tenho medo de gerar frustração, quando a gente propõe e não dá conta e aí gera esvaziamento, por isso é importante o pé no chão.

CRISTIANE (MST): Uma idéia é socializar o calendário de atividades de cada movimento. Vamos fazer outra oficina ou um curso? Se somar nas lutas concretas dos companheiros.

MARLISE (Profa do DCP/UFMG): Fazer uma oficina de movimento de mulheres e de gênero. A oficina precisa ser seguida de registro e sistematização da metodologia. Proponho fazer um caderno para ser multiplicador (um caderno para as pessoas levarem adiante a proposta da UPMS).

BOAVENTURA (CES/COIMBRA): Esse é o grupo que funda a UPMS no Brasil e esse grupo tem responsabilidade de levar a proposta adiante. Senão será uma grande falha. O primeiro passo é manter o contato entre os participantes. Perguntas concretas podem suscitar oficinas específicas. É importante trazer mais gente. Fazer oficinas específicas bem estratégicas e aí depois se pode pensar em uma Assembléia Popular. Importante

construir uma agenda mínima. Temos que sair da oficina com uma lista para ficar em contato. O exercício de ver quem falta foi importante para perceber quantos somos. A UPMS tem uma Carta de Princípios que não está fechada e está disponível no site. Penso que pode haver cartilhas que nascem das lutas. Cadernos sobre questões concretas, neoliberalismo, por exemplo. Caderno informativos sobre temáticas ou conceitos discutidos nas oficinas da UPMS.

ALLENE (Observatório dos Movimentos Sociais/UFPE) : Reforço que é preciso fortalecer o grupo. Manter o contato com lista eletrônica é um primeiro passo. Proponho que se faça um encontro para análise de conjuntura daqui a 6 meses. O primeiro encontro tem 40 pessoas e depois cada vez será mais seletivo, teremos que lidar com o problema da evasão. Dificuldade em alinhar agendas. O desafio é o que a gente vai fazer depois. A sistematização da oficina precisa estar disponível na internet.

RUSSO (Hip-Hop Chama): Sugiro que a gente faça um cartão para divulgar o site – um “pop card”. Os movimentos sociais divulguem o site da UPMS nas suas páginas e blogs.

MARCOS CARDOSO (CONEN- Movimento Negro): Poderíamos fazer uma oficina temática. É legal se formos no quilombo, no dia do julgamento. Uma oficina sobre a terra é super importante. A temática da juventude é importante também e também precisamos discutir as tropas brasileiras no Haiti.

LARISSA (Negras Ativas): Temos que nos esforçar para estar junto na ação prática. Ter a memória coletiva do nosso encontro, não só na internet, também impressa que muitos não acessam à internet. Sugiro uma ida ao quilombo que está com o enfrentamento atual (Brejo dos Crioulos). Os grupos de pesquisa da universidade também podem divulgar o site da UPMS nas suas páginas. Num próximo encontro nosso poderíamos avaliar como essa experiência impactou na nossa luta.

RUSSO (Hip-Hop Chama) : Seria bom registro audio-visual, pegar depoimentos e distribuir. O poder da mídia é forte e aí pode colocar no conteúdo do dvd pirata conteúdos da upms.

LARISSA (Negras Ativas): Se formos nos encontrar daqui a 6 meses, é preciso pensar em um momento de avaliar o que a oficina impactou.

ANA GOMES (Profa da FAE/UFMG): Resumo a oficina em três tópicos: convivência como forma de conhecimento; produção de conhecimento, qualificação nossa com informação; possibilidade de ações entre os movimentos. Vê como tema urgente a questão da terra, onde transita MST, sindicatos rurais, indígenas e quilombolas. Outro tema de interesse seria as propostas de educação específica e diferenciada. Outro tema, a questão das religiões.

ALLENE (Observatório dos Movimentos Sociais/UFPE): Outro tema urgente é o da sexualidade.

ANA PRESTES (Doutoranda DCP/FAFICH): Há um compromisso de socializar o registro da oficina. A partir do relato, já serve de inspiração e quebra a necessidade de

um manual de como fazer as oficinas. Seria interessante colocar no site os depoimentos, para isso peço uma ajuda para o Russo.

LUIZ (Movimento dos Sem Universidade) : A questão da terra é super importante e a questão urbana também é urgente. Trago a experiência da ocupação urbana “Dandara”, “Camilo Torres” como exemplos.

MARCOS NUNES (Fetaemg): Proponho a discussão sobre juventudes nas periferias urbanas e no campo.

VALTER (Federação N’Golo – Movimento Quilombola): É possível a visita a Brejo dos Crioulos, mas além disso convoco a todos a irem ao Fórum no julgamento do caso do quilombo Brejo dos Crioulos, aqui em Belo Horizonte. Vai circular as informações pela internet e conto com a colaboração de todos.

TICÃO (Federação N’Golo – Movimento Quilombola): A situação do Brejo dos Crioulos é que o juiz deu uma liminar para tirar o povo. É a primeira vez que a causa vai para o STJ, se ganhar anima outras comunidades na mesma situação. O Ministério Público pegou pesado para ganhar.

LEO TOLENTINO (GUDDS): Como as propostas de temas ficaram nas especificidades, sugiro uma oficina com sexualidade, orientação sexual e gênero. Aproveito a oportunidade para fazer o convite para o ENUDS, o 7º. Encontro Universitário de Diversidade Sexual – academia e militância em diálogo. O Encontro vai discutir a trajetória de luta de cada movimento e questionar o que a universidade tem produzido com relação ao gênero e à diversidade sexual.

MARCOS CARDOSO (CONEN – Movimento Negro): As oficinas temáticas ajudam a não nos estressar. Discussão da terra é importante. Outro tema importante para a América Latina são as tropas no Haiti. Esse, assim como outros, é um tema que os movimentos não sabem o que fazer.

LILIAN PARAGUAI (Sind-UTE): Sugiro uma oficina para discutir a Conferência Nacional de Educação - CONAE.

A sugestão da Lilian foi debatida por parte do grupo. Alguns interviram na fala da sindicalista para dizer que a CONAE não deveria ser um tema para uma oficina da UPMS pois tratava-se de uma agenda vinda do Estado e não dos movimentos sociais. Acharam que seria melhor pautar a questão da educação de uma maneira mais ampla e mais próxima dos interesses dos movimentos sociais.

JOSÉ DOURADO (Doutorando FAE/UFMG): A agenda está muito localizada e é preciso pensar como tornar essa agenda nacional.

Talvez o texto do relatório não consiga expressar a intensidade desse momento final. Ao final do registro dos nomes e indicações dos movimentos sociais ausentes na oficina, da sugestão de agenda comum e de temas para os próximos encontros todos os participantes se mostraram impressionados com o potencial e a pluralidade de experiências registradas. Segue, abaixo, a foto do quadro que poderá expressar de forma mais visível o que ficou registrado.

BOAVENTURA (CES/COIMBRA): a oficina está superando deficiência do FSM com ações concretas, estamos pensando e agindo.

CRISTIANE (MST): de 10 a 27 de Agosto o MST estará acampado em Brasília, Minas Geras vai levar 6 ônibus. Dia 14 de Agosto será um dia de paralização.

AMELINHA (Profa FAE/UFMG): Não posso ir embora sem expressar o agradecimento de ter participado. Quero cumprimentar a excelente coordenação de Nilma.

WANDERSON (Sind-REDE): informes sobre a Conferência Municipal de Educação.

MARQUINHO (CONEN- Movimento Negro): dia 10 de setembro será o Grito da Terra Brasil.

RUSSO (Hip-Hop Chama): proponho um grande “tchutchu” (um abraço coletivo) em toda a equipe.

Nesse instante, o grupo colocou Boaventura, Nilma e Miguel Arroyo no centro do abraço!

Nilma agradeceu a presença de todos e entregou junto com Tatiane os certificados de participação na oficina.

FINAL DA OFICINA: *Todos se reuniram na quadra da Escola Sindical para uma foto coletiva, último lanche e despedidas.*

6 - SÍNTESE FINAL:

A relação entre os Movimentos Sociais e o Estado: troca de experiências e saberes construídos no processo de tradução

A primeira oficina da UPMS no Brasil revelou pontos de convergência, distanciamentos e a diversidade de experiências da relação dos movimentos sociais com o Estado, suas políticas e instituições. Ao final do encontro pergunta-se: que saberes foram construídos? Que experiências foram compartilhadas? Conseguimos encontrar os pontos que nos aproximam? Conseguimos ir além dos pontos que nos distanciam? Temos mais distâncias ou aproximações nas lutas sociais?

É nesse ponto que a tradução intercultural nos ajuda. Por meio dela, pôde-se perceber durante a oficina a existência de aproximações significativas entre os ativistas e intelectuais presentes, as quais superam os distanciamentos. Todavia, faltam-nos espaços para dialogar sobre isso. Espaços em que os movimentos sociais e a universidade estejam juntos para dialogar e aprender um com o outro. Espaços em que o objetivo central seja o diálogo e não a discussão e disputa entre projetos políticos e pesquisas acadêmicas. Espaços de encontro para falar e conhecer a história e a luta uns dos outros.

Destacamos, portanto, na última parte deste relatório quatro dimensões presentes nos depoimentos e trocas realizadas: a) a relação entre os Movimentos Sociais e Estado; b) tensões na relação entre Movimentos Sociais e Estado; c) saberes construídos na relação entre Movimentos Sociais e Estado; d) anúncio de novas relações entre os Movimentos Sociais e o Estado.

6.1 - A relação entre os Movimentos Sociais e Estado

No decorrer da oficina observamos experiências e visões diferenciadas dos movimentos sociais sobre a sua relação com o Estado, suas políticas, instituições e diferentes opiniões de como devam ser essas relações tão diferenciadas em função das fronteiras e estratégias de luta.

Ao ouvirmos o depoimento dos integrantes do movimento LGBT, um novo saber sobre os sujeitos que o compõem e a sua luta política foi construído pelo grupo de participantes da oficina. Foi narrado que esse movimento social possui um histórico na relação com o Estado. Na década de 80, no contexto da AIDS, o Estado se aproxima do movimento LGBT pela urgência da epidemia para estabelecer parcerias e financiamentos. Há aqui o reconhecimento de que os saberes sobre os sujeitos que naquele momento eram considerados como grupo de risco (concepção que foi superada ao longo dos anos), assim como o contato e conhecimento do universo LGBT estava com o movimento social e não com os quadros do Estado, mesmo aqueles que compunham a hierarquia dos setores voltados para a saúde. Nos anos 90 as políticas de saúde se alteram. Não mais o foco somente na epidemia, na doença, mas nos sujeitos. Elas se transferem para o âmbito dos direitos humanos permanecendo a relação próxima com o Estado. Nesse aspecto, a relação com os movimentos sociais, sobretudo o LGBT e movimento feminista, adquire novos contornos. Novas relações marcadas pelas tensões, visões de mundo, acordos e discordâncias se configuram.

Durante os relatos pôde-se perceber que os movimentos sociais têm mantido relações ora distanciadas, ora tensas e de confronto com o Estado, sobretudo nas fronteiras de maior radicalização política: terra, moradia, demarcação de territórios indígenas e quilombolas, ações afirmativas, cotas, estatuto da igualdade racial.

Os movimentos sociais presentes na oficina confirmaram o seu lugar de afirmação como sujeitos políticos e de políticas e intervenções emancipatórias.

Conforme podemos notar nos depoimentos que compõem este relatório, existe uma percepção de que o Estado ignora essa presença afirmativa, tenta a cooptação ou condena e reprime. O que leva em resposta a radicalização política entre movimentos sociais e o Estado.

O Estado tenta regular as tensões nas fronteiras de luta dos movimentos e cooptá-los para políticas reguladoras. Os movimentos reagem exigindo do Estado que reconheça suas lutas por políticas sociais, educativas, agrária, urbana. Por políticas afirmativas.

Um ponto muito forte nos relatos é a concordância entre a maioria dos participantes da oficina de que o Estado usa seus recursos para relações de dependência e de cooptação dos movimentos. Até para confronto dos movimentos entre si por disputa de recursos do Estado.

Embora alguns integrantes da universidade tenham ponderado a importância da presença de lideranças de movimentos sociais no interior do Estado, realizando articulações, interferindo nas políticas públicas e destinação de recursos, os ativistas, de um modo geral, mantiveram essa realidade sob suspeita. Houve, sim, o reconhecimento dessa posição e postura estratégica, mas ela não superou o receio apresentado pelos movimentos de relacionarem-se com o Estado, de serem cooptados. Uma relação desafiadora e tensa. A questão colocada era: como se relacionar com o Estado sem se submeter? Os ativistas são conscientes de que suas fronteiras de luta e de intervenção exigem colocar em ação os mecanismos de poder, os recursos, as instituições e as políticas do Estado.

6.2 - Tensões na relação entre os Movimentos Sociais e Estado

Na oficina houve consenso de que a relação entre Movimentos Sociais-Estado são marcadas por tensões. Tensões de reconhecimento da diversidade de ações coletivas e de coletivos sociais, étnicos, raciais, de territórios, de gênero e diversidade sexual. Reconhecimento tenso dos saberes da militância e das lutas nos órgãos do Estado e em suas instituições, como por exemplo, as universidades. Foi dito em vários momentos que as relações iniciais de confiança nas universidades, no Estado e em suas políticas se quebram facilmente. A maior tensão passa pelo não reconhecimento dos movimentos como sujeitos políticos. As tensões são políticas, de poder, de não submissão.

O Estado tenta esvaziar a radicalidade política das ações dos movimentos. Uma relação limítrofe entre movimentos sociais-Estado cujas respostas dadas pelo Estado limitam-se, na maioria das vezes, à construção de programas específicos e não de políticas de Estado. Faltam políticas públicas nas fronteiras em que lutam os movimentos. O Estado oferece projetos pontuais, compensatórios, os movimentos exigem políticas.

Tensões nas lutas pela regulação fundiária, pela titularidade das comunidades quilombolas vão se aprofundando, no executivo, no legislativo, no judiciário, pelo direito ao trabalho, à terra, à diversidade sexual. As comunidades camponesas e quilombolas ocupam fazendas, pressionam o governo, mas ele não faz a reforma agrária. Como programas e políticas distributivas, o Estado tenta esvaziar a radicalidade das ações dos movimentos sociais. O Estado nega a condição dos movimentos de sujeitos políticos e de suas ações como políticas.

As tensões são extremas: não há reforma agrária, a distribuição de terras feita até agora foi realizada com muitas perdas e assassinatos. Também nas lutas LGBT há assassinatos. A questão da terra se tornou um embate no judiciário. A sexualidade se politiza, o direito ao trabalho se politiza. Os movimentos alargam as fronteiras de tensões e abrem novas. O Estado criminaliza os movimentos para justificar sua

repressão. Não há avanços, mas confrontos. Estes se radicalizam no interior do Estado e na mídia.

Os ativistas perceberam que o caráter diferenciado das lutas políticas dos diversos movimentos sociais geram diferentes confrontos com o Estado, porém, nenhum movimento social consegue escapar à discriminação e ao confronto das lutas por ações afirmativas, cotas, às lutas pelo direito à diversidade sexual, à terra, ao território.

Tensões são apontadas nas estruturas de poder, nas lógicas e critérios de validade democrática, de ordem social, do papel regulador do Estado, da legitimidade do conhecimento político que vêm das experiências de lutas, da tensão entre critérios de direito e de mercado, entre os saberes das universidades considerados como legítimos e os saberes das experiências e ações coletivas pensados como não válidos.

As tensas relações com o Estado, suas instituições, seus recursos e suas políticas terminam criando tensões intra-movimento e entre movimentos. Há tensões também entre os movimentos sociais, a sociedade e a mídia. O mesmo Estado, a mesma mídia, os mesmos setores da sociedade apóiam uns movimentos sociais e criminalizam outros. Essa situação por vezes invade e contamina a dinâmica interna dos movimentos e acaba gerando afastamento entre organizações e ativistas.

6.3 - Saberes sobre a relação entre Movimentos Sociais e Estado

Há coincidências em que essas experiências de relações tão tensas produzem saberes políticos tanto sobre o Estado, sua função e as relações políticas quanto e sobre os próprios movimentos e seu lugar histórico nas relações de poder.

Nas relações com os movimentos e suas lutas o Estado se revela. Novos saberes sobre o Estado são aprendidos. A política se revela. Novos saberes políticos, novas estratégias políticas são aprendidos. Os movimentos repolitizam, radicalizam a política. Nova ciência política. No quadro atual do governo federal e de alguns governos estaduais e municipais surge uma tensão: quem está no governo é militante demais para ser governo e governo demais para ser militante.

Saberes sobre o Estado submetido às oligarquias, o agronegócio, a concentração da terra, o espaço. Como fica o Estado diante das disputas e poderes sobre a terra, os territórios e o campo? Onde está o poder? Com quem está o poder? O Estado está do lado do capital. O agronegócio está dividido, mas para acabar com os movimentos sociais, eles se unem na bancada ruralista. Mesmo que o governo seja favorável às lutas sociais, o poder está na mão deles. Saberes sobre a função política reguladora das políticas paliativas como a distribuição de terras em vez de reforma agrária.

Saberes sobre os movimentos como sujeitos políticos, como poder popular. Eles se sabem sujeitos coletivos, políticos, de novas e históricas experiências políticas, de saberes sobre as relações sociais e políticas de dominação. Os movimentos sociais são os principais atores do espaço público e fazem ressoar os ruídos que ainda não têm registro. Os movimentos produzem saberes políticos que não são conhecidos nem reconhecidos porque não estão nos moldes acadêmicos credenciados. Há saber político nos movimentos sociais, mas não está teorizado. Os critérios de produção do conhecimento são acadêmicos e não dão conta dos saberes produzidos pelos movimentos sociais.

Os movimentos acumulam e politizam saberes sobre a vida digna e justa, sobre as bases de sua produção: o meio de sustentação das comunidades indígenas e quilombolas e o território. Terra é vida, cultura, identidades. Para o Estado e a mídia essas lutas são novas, os movimentos são novos, mas para os coletivos indígenas, quilombolas, camponeses são lutas políticas históricas. Nas tensas relações com o

Estado os movimentos sociais aprendem como foram pensados e segregados nas estruturas de poder. Descobrem o verdadeiro rosto do poder, do Estado, de suas políticas e instituições. Descobrem a imagem inferiorizada construída sobre eles, persistente nas atuais relações movimentos sociais-Estado. Nesse contexto, aprende-se o trato político dos diferentes feitos desiguais. Durante a oficina um consenso foi produzido: entender essa história nos ajuda a entender os movimentos e suas relações tensas com o Estado.

Nessas relações, experiências e saberes políticos os movimentos sociais constroem um conhecimento político-popular. Um poder popular. Será que a universidade acompanha essa produção de novos conhecimentos?

Concluiu-se que não existe uma hierarquia entre esses saberes políticos. São apenas saberes diferentes, aprendidos em experiências diferentes de relações com o poder, com o Estado. Um exercício de uma ecologia de saberes políticos.

6.4 - Anúncio de outras relações entre Movimentos Sociais e Estado

As experiências de confrontos entre movimentos sociais e Estado presentes na oficina revelam tentativas políticas de aproximação, de construção de uma esfera pública democrática, de outras funções do Estado e da política. Há depoimentos coincidentes na diversidade de experiências. Os movimentos precisam reivindicar seus direitos, fazer com que suas reivindicações sejam preocupações do Estado. Fazer parceria com o Estado e depois cobrar e controlá-lo na aplicação da política pública. Fazer o controle público e social.

Em alguns momentos da oficina foram feitas algumas ponderações pelos intelectuais presentes. Uma delas refere-se à reflexão de que no processo histórico das lutas sociais brasileiras primeiro houve um movimento revolucionário de ruptura entre os movimentos e o Estado e agora se vive uma espécie de integração que nem sempre pode ser vista como cooptação. A relação movimentos sociais e Estado é diferenciada, de acordo com cada movimento, sua história, sua concepção política e a radicalidade da sua demanda. Um exemplo dado: a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, no atual governo federal. Tal secretaria é fruto da luta de setores do movimento feminista e tem na composição dos seus quadros mulheres ativistas, intelectuais e técnicas que dentro da estrutura do Estado reeducam este e suas políticas na perspectiva do gênero.

Outra ponderação vinda dos intelectuais presentes refere-se ao cuidado com as polarizações na reflexão sobre a relação entre movimentos sociais e Estado. Sugeriu-se que fossem concentrados esforços no desafio de instaurar outra racionalidade, que supere a dicotomia novo e velho, bom e ruim. Conseguir escapar dessas polaridades é um desafio e uma arte, pois elas acabam se tornando uma armadilha contra os próprios movimentos sociais e intelectuais engajados nas lutas sociais.

Uma das conclusões da oficina: quanto maior a nossa compreensão sobre quem são (e o que querem) os diversos movimentos sociais da atualidade mais poderemos entender o que estes querem na sua relação com o Estado.

Depoimentos foram trazidos sobre como avançar nas articulações com o Estado, suas instituições e suas políticas. Criar novos espaços públicos, democráticos. Pressionar por um Estado democrático-popular. Buscar inserção nos espaços políticos. Entrar lá dentro e mudar por dentro. Assumir como desafio entrar nos programas de governo e construir políticas públicas para as áreas de luta dos movimentos, sem pretender substituir o trabalho do Estado.

Que lutas articular? As consideradas como mais importantes? Discutiu-se que dizer que todas as lutas são importantes não quer dizer que todas são importantes ao

mesmo tempo. Em cada contexto uma luta é mais importante. Luta concreta na situação concreta. Por exemplo, construir uma agenda comum no judiciário sobre as lutas pela terra, territórios. Colocar cada luta por direitos na agenda pública. As lutas por escola pública, políticas públicas é uma constante nas estratégias dos movimentos.

As estratégias de ocupar a agenda e os espaços públicos se defrontam com as estratégias do Estado e de suas instituições e gestores de tolerar a presença dos movimentos, mas não incorporá-los como sujeitos de políticas. Incorporar algumas de suas reivindicações, mas não suas lutas e ações políticas. Reconhecer os movimentos como canais de chegada de problemas de políticas, não como sujeitos de políticas e intervenções. A essas estratégias do Estado os movimentos respondem com sua união. A articulação com o Estado exige fortalecer o conhecimento mútuo entre movimentos. Articular as lutas conjuntas pautando novas lutas no espaço público.

O espaço da oficina foi educativo na medida em que vários movimentos tiveram pela primeira vez conhecimento mais aprofundado sobre a história, os desafios e as pautas de outros grupos. Nesse momento, vislumbrou-se parcerias e possíveis agendas comuns. Por isso os participantes foram unânimes em concordar com a necessidade de criar espaços para o conhecimento mútuo e para o fortalecimento recíproco. A experiência da UPMS foi vista como um desses espaços.

Discutiu-se que a priorização de cada um das suas lutas específicas na esfera pública acaba isolando os movimentos de outras lutas e os enfraquece. É preciso alianças concretas. Ex: aliança entre afrodescendentes, quilombolas, indígenas para colocar na agenda pública a questão étnico-racial. Aliança entre quilombolas, indígenas, sem-terra, sem-teto para colocar a questão agrária, da terra, do espaço urbano na agenda pública. Um movimento deve levar junto os outros nos espaços e políticas públicas. É preciso articular as agendas dos movimentos sociais com a agenda pública.

Trazer os invisibilizados, os coletivos mais segregados junto aos movimentos mais visíveis para a agenda do Estado. Ex: lutar pela visibilidade dos coletivos indígenas, quilombolas, negros, do campo, de orientação sexual nas estatísticas dos dados das agências do Estado. Superar a forma desqualificada em que são mostrados, recenseados.

Abrir espaços para o reconhecimento da diversidade no conjunto de instituições e de políticas do Estado. Priorizar o judiciário, a justiça na garantia do direito às diferenças. Políticas afirmativas no trabalho, no sistema escolar, na universidade. Controle social das políticas e dos recursos públicos. Políticas de diferenciação positiva. Políticas de justiça, igualdade e de reconhecimento da diferença. Pressionar para a abertura no Estado de espaços de articulação de políticas de igualdade e políticas de identidade, dos coletivos em movimentos.

Durante a oficina concluiu-se que nem todos os movimentos têm os mesmos espaços no Estado. Como as diferenças, as especificidades vão ter espaço na agenda política dos outros movimentos e do Estado? Por exemplo, as políticas educacionais, os currículos escolares não contemplam as lutas LGBT. Nem são pautadas suas lutas em outros movimentos.

Será possível articular na agenda do Estado, reconhecendo os movimentos sociais como sujeitos políticos, um projeto popular comum para o Brasil? Será necessário participar na agenda política local, nacional e internacional. Pautar no interior do Estado, de suas instituições, suas políticas e suas leis lutas por estruturas que tornem o espaço estatal, mais público e democrático.

Discutiu-se a necessidade de uma agenda política comum capaz de formular um projeto político de campo, de diversidade, de sociedade que queremos. Tomar o Estado.

Os movimentos sociais presentes na oficina da UPMS anunciam outro projeto de sociedade justa, de Estado e de institucionalidade democráticos.

ANEXO 1

Lista de participantes

NOME	ENTIDADE	E-MAIL
Allene Lage	UFPE	allenelage@yahoo.com.br
Ana Maria Aparecida Pereira Coordenadora Estadual da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais	Mulheres Rurais Fetaemg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	ana.fetaemg@yahoo.com.br
Ana Maria R. Gomes	Fae/UFGM	anagomes.bhz@terra.com.br
Ana Prestes	Doutoranda DCP/UFGM	amprestes@hotmail.com
Antônia Vitória Aranha	Fae/UFGM	antoniavitoria@uol.com.br
Boaventura de Sousa Santos	CES/Coimbra	bsantos@ces.uc.pt
Cacique Domingos Liderança indígena	Xacriabá	
Carlos Magno Assessor Político do Cellos	Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - Cellos	karlmagno@gmail.com
Cristiane Francelina Dias Direção Política – Formação	MST	mstmartine@yahoo.com.br ccristerra@gmail.com
Dimas Enéas Soares Ferreira Dirigente Sindical e 1º Tesoureiro	Sinpro – Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais	barbacena@sinprominas.org.br dimasferreira@uol.com.br
Érica Dumont Formadora Estadual	Marcha Mundial das Mulheres	ericadumont@gmail.com
Evandro Nunes de Lima Presidente da entidade	Negraria - Coletivo de Artistas Negros de Belo Horizonte	culturafrobrasileira@hotmail.com pretopoeta@yahoo.com.br
Flávio da Silva Paiva Educador Social	Hip Hop Chama	a.p.r@hotmail.com
Francisco Cordeiro Barbosa Vice-Presidente da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - Federação N'Golo.	Federação N'Golo	
Francisco Souza Santos Secretário Municipal de São João das Missões	Xacriabá	
João Batista Begnami Coordenador Pedagógico da Rede CEFFA's - Centros Familiares de Formação por Alternância	CEFFA's - Centros Familiares de Formação por Alternância	jbegnami2007@yahoo.com.br
José Dourado de Souza Doutorando FAE/UFGM	UFAC	douradoac@yahoo.com.br
Juarez Dayrell	Fae/UFGM	juareztd@uol.com.br
Júlia Benzaquen	Doutoranda CES/Coimbra	juliafb82@yahoo.com.br
Larissa Amorim Borges Coordenação da entidade	Negras Ativas	negronaborges@yahoo.com.br negrasativas@yahoo.com.br

Leonardo Avritzer	DCP/UFMG	avritzer1@uol.com.br
Leonardo Tolentino	GUDDS/UFMG	guddsmg@gmail.com
Lílian Cristina Bernardo Gomes	Doutoranda DCP/UFMG	lcbgomes@yahoo.com.br
Lilian Paraguai Diretora Estadual e coordenadora de Subsede e Coordenadora do Departamento de Formação	SINDUTE	lilianparaguai@yahoo.com.br formacao@sindutemg.org.br
Liliane Anderson Reis Caldeira Vice-presidenta da ABGLT	ABGLT- Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais	lili.cigana@gmail.com
Luiz Eduardo Rodrigues de Almeida Souza Coordenador Nacional	MSU – Movimento dos Sem Universidade	msumians@gmail.com
Marcos Antônio Cardoso Direção, coordenação e assessoria da entidade	Fundação Centro de Referência da Cultura Negra -Coordenação Nacional - CONEN	macardoso1109@yahoo.com
Marcos Donizetti da Silva	D - VerCidade Cultural	marcos@oficinadeimagens.org.br
Marcos Vinicius Dias Nunes Diretor de Política Sociais da Fetaemg	Fetaemg - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	marcosvsn@gmail.com
Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti	Fae/UFMG	ameliagcg@terra.com.br
Maria Isabel Antunes Rocha	Fae/UFMG	isabelantunes@fae.ufmg.br
Marlise Matos	DCP/UFMG	marlise.matos@fafich.ufmg.br
Miguel Arroyo	Fae/UFMG	gn.arroyo@gmail.com
Miriam Aprígio Pereira Diretora de Educação, Política, Formação e Comunicação da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. - Federação N’Golo	Federação N’Golo	mpaprigio@yahoo.com.br
Nilma Lino Gomes	Fae/UFMG	nilmalinogomes@gmail.com
Shirley Aparecida de Miranda	Fae/UFMG	shapmiranda@uol.com.br
Tatiane Izabela dos Reis	Pedagoga Fae/UFMG	tatianeizabela@yahoo.com.br
Valter Vitor da Silva Diretor de Etnodesenvolvimento da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - Federação N’Golo.	Federação N’Golo	
Wanderson Paiva Rocha	Sind Rede Sindicatos dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte	wprocha@ig.com.br

ANEXO 2

FOTOS



**BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS
DIAS 01 E 02 DE AGOSTO DE 2009**



**Apresentação da proposta da Oficina da UPMS pela profa Nilma
Gomes (Fae/UFMG) - 01/08/09**



**Prof. Miguel Arroyo apresenta a proposta da Oficina da UPMS
em Belo Horizonte – 01/08/09**



**Ana Prestes (DCP/UFMG), profa. Nilma Lino Gomes
(Fae/UFMG) e prof. Boaventura de Sousa Santos (CES/Coimbra)
02/08/09**



Grupo de discussão

Luiz Eduardo Rodrigues A. Souza (MSU), prof. Miguel Arroyo (Fae/UFG), Érica Dumont (Marcha Mundial das Mulheres), Mirim Aprígio Pereira (Federação N'Golo), Marcos Vinícius Dias Nunes (Fetaemg) e Marcos Donizetti (D-VerCidade Cultural).



Grupo de discussão

Júlia Benzaquen (Ces/Coimbra), Leonardo Tolentino (GUDDS), Larissa Amorim Borges (Negras Ativas), Cacique Domingos (Xacriabá) e Francisco Cordeiro Barbosa (Federação N' Golo).



Grupo de discussão

Profa. Allene Lage (UFPE), Liliane Anderson Reis Caldeira (ABGLT), profa. Maria Isabel Antunes Rocha (Fae/UFMG), Francisco de Souza Santos (Xacriabá), Evandro Nunes de Lima (Negraria).



Grupo de discussão

Profa. Marlise Matos (DCP/UFMG), Wanderson Paiva Rocha (Sind Rede), Flávio da Silva Paiva (Hip Hop Chama), Lilian Cristina B. Gomes (DCP/UFMG), Ana Maria Aparecida Pereira (Mulheres Rurais - Fetaemg).



Grupo de discussão

**Valter Vitor da Silva (Feração N'Golo - Quilombo das Mangueiras),
profa. Maria Amélia Gomes C. Giovanetti (Fae/UFMG), prof. José
Dourado de Souza (Fae/UFMG).**



Grupo de discussão

**Profa. Ana Maria Rabelo Gomes (Fae/UFMG), Marcos Antônio
Cardoso (CONEN), João Batista Begnami (Ceffa's), Lilian Paraguai
(Sind-Ute) e Ana Prestes (DCP/UFMG).**



Realização da Oficina – dia 01/08/09



Realização da oficina – dia 01/08/09



Realização da Oficina – dia 01/08/09



Encerramento da Oficina da UPMS – dia 02/08/09



Encerramento da Oficina da UPMS – dia 02/08/09